



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ALETHÉIA SKOWRONSKI VEDOVATI

**MERGULHOS ENTRE GUERRILHAS:
MODOS DE VIVER EM DISPUTA NO PERÍODO PANDÊMICO**

Londrina
2022

ALETHÉIA SKOWRONSKI VEDOVATI

**MERGULHOS ENTRE GUERRILHAS:
MODOS DE VIVER EM DISPUTA NO PERÍODO PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha II – Psicologia Social e Processos Institucionais

Orientadora: Prof. Dr. Flávia Fernandes de Carvalhaes.

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

A372m Vedovati, Alethéia Skowronski .

MERGULHOS ENTRE GUERRILHAS: : MODOS DE VIVER EM DISPUTA NO PERÍODO PANDÊMICO / Alethéia Skowronski Vedovati. - Londrina, 2022.
118 f.

Orientador: Flávia Fernandes de Carvalhaes.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Bem Viver - Tese. 2. Viver Bem - Tese. 3. Covid 19 - Tese. 4. Povos indígenas - Tese. I. Carvalhaes, Flávia Fernandes de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

ALETHÉIA SKOWRONSKI VEDOVATI

**MERGULHOS ENTRE GUERRILHAS:
MODOS DE VIVER EM DISPUTA NO PERÍODO PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha II – Psicologia Social e Processos Institucionais

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Flávia Fernandes de
Carvalhaes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Monica Panis Kaseker
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 09 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

A primeira tentativa de entrada nesse programa de mestrado não deu certo, é claro, fiquei triste, mas decidi tentar como aluna não regular, pois não tinha proximidade mais com o mundo acadêmico das universidades tradicionais, achei melhor me familiarizar novamente. Escolhi, por sorte, destino ou fé, ou quem sabe os três juntos, a disciplina ministrada pela Flávia e o Alexandre, o título dizia algo sobre “decolonialidade” e embora eu não fizesse ideia do que se tratava, a proposta parecia interessante. Foi lá, junto com as leituras dos escritos de Ailton Krenak, que essa pesquisa, ou melhor, mergulho começou. Aqui deixo meu primeiro agradecimento: obrigada Flávia e Alexandre, por serem professores tão brilhantes e acolhedores, ao mesmo tempo também corajosos por abrirem caminhos novos dentro do ensino convencional.

E continuo, novamente a partir do trio sorte, destino e fé, tentei a seleção novamente, no mesmo ano que Flávia se tornou docente do programa de mestrado, e pode me escolher como (des)orientanda. E para agradece-la, escolho reproduzir um trecho (com pequenas alterações) da carta que escrevi como finalização da disciplina que citei: “Flávia, me estendeu a mão e me tirou para dançar, segue me orientando no ritmo que estamos construindo - uma dança. Me mostra sempre uma infinidade de movimentos, cantos e extensões que nunca imaginei, me puxa para voar mais alto, mais longe, mais alto, mais longe, mais alto, mais longe... e diz: “vai, o mundo é seu, vai explorar!”, me enche de coragem, mesmo quando estou com medo de cair. Flávia é um beija-flor: alegre e colorido, por onde passa arranca sorrisos, batendo suas asas de forma incansável no trabalho de beijar as flores e poliniza-las, é isso que faz com o conhecimento no seu jardim de pessoas” e eu pude passear por lá.

Ainda nesse rumo acadêmico, quero agradecer a Mônica pelo aceite em participar da banca, mas, principalmente, pelo convite para acompanhar a viagem a aldeia indígena em Guaira. Veio no melhor momento possível: eu estava desacreditada e cansada. Mas as pessoas que conheci e tudo

que vi, ouvi e aprendi me deram novo ânimo, no caminho da viagem, literalmente, conheci Alexandro e Rodrigo, que me acolheram de prontidão e responderam com toda boa vontade minhas perguntas (que não foram poucas). Eu quero deixar meu agradecimento a vocês três: aguyjevete! Mas seria injusto não pontuar que quem me possibilitou, de verdade, toda essa caminhada foram meus pais. Obrigada pai e mãe por serem as verdadeiras bases para que tudo isso se concretizasse, pelo apoio e incentivo. Por sempre estarem ao meu lado, em todas as conquistas, erros e acertos. Outra parte importante desse apoio e incentivo vieram de minhas amigas e namorada. Obrigada por sempre afirmarem o quanto acreditavam em mim, por todos os abraços, risadas e acolhimentos, mesmo com lágrimas. Aqui vou citar Emicida:

“O amigo é um mago do meigo abraço

É mega afago, abrigo em laço

Oásis nas piores fases quando some o chão e as bases

Quando tudo vai pro espaço, é isso

Quem tem um amigo tem tudo”

E eu tenho...

Além disso, coisas que não pessoas também me foram de grande amparo nesse percurso, e embora palavras não sirvam como agradecimento a essa parte, também não seja usual cita-las em um agradecimento acadêmico, eu gostaria de fazer mesmo assim. Afinal, nesse mergulho falamos sobre direitos na Natureza, seus desdobramentos, a importância e urgência que ela seja tratada com respeito, como quem nos possibilita a vida, nossa casa. Então, ressaltar que cuidar das minhas plantas, atrair os beija-flores na janela, que me incentivaram a aprender a cuidar de flor (trabalho difícil), acordar de madrugada para escrever acompanhada da algazarra dos pássaros e da presença física de minhas duas cachorras e duas gatas foram acentos importantes nesses anos. E isso só foi me permitido sentir graças a novas formas de pensar o viver que aprendi (e aprendo) com as/os artistas e escritores indígenas que citei aqui, ou conheci pelo caminho. Novamente aguyjevete!

Agradeço as pessoas que se dispuserem a ler minhas palavras, espero que lhes ajude de alguma forma.

E, para finalizar os agradecimentos e abrir a gira, digo, essa pesquisa, agradeço aos Orixás e Guias que me acompanham: Saravá, Mojubá, Laroie!

VEDOVATI, A. S. **Mergulhos entre guerrilhas: Modos de viver em disputa no período pandêmico.** 2022. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

Desde as primeiras notícias sobre sua incidência, a pandemia da COVID-19 vem se articulando como fronteira, fazendo com que antigas e novas problemáticas sociais se intensifiquem, se atualizem e atuem em guerrilha. Diante desse cenário, esta pesquisa/mergulho em andamento articula uma investigação crítica sobre modos de vidas e concepções de saúde pautados em racionalidades coloniais, nomeados aqui como Viver Bem, que coexistem em disputa com vieses plurais e que se tecem em aliança às perspectivas do Bem Viver indígena. A partir do diálogo, sobretudo com epistemologias do Sul, percorro trilhas metodológicas articuladas aos pressupostos da pesquisa qualitativa e da análise documental. Problematizarei, mais especificamente, a produção de sentidos sobre saúde e vida que vêm se articulando por povos indígenas desde o início da pandemia da COVID-19 no Brasil, com o primeiro caso notificado em março de 2020. Para tanto, a análise percorrerá pronunciamentos que circularam em mídias sociais, como sites e redes sociais oficiais de articulações indígenas, bem como vídeos, textos e entrevistas publicadas. O texto está dividido em quatro mergulhos. Inicialmente, decido molhar meus pés e anunciar objetivos, justificativa e parte dos pressupostos teóricos, políticos e metodológicos dessa investigação. Em seguida, mergulho em águas que se contaminaram e problematizo a noção de Viver Bem e suas respectivas concepções de saúde como produções coloniais. Na continuidade, na tentativa de encontrar ar, analiso perspectivas indígenas de Bem Viver e parte de suas concepções de saúde. O último mergulho propõe uma análise crítica de sentidos produzidos sobre saúde e vida por povos indígenas no Brasil desde a constatação da pandemia da COVID-19. Na conclusão, provisoriamente, assinalo os perigos da xawara, anunciada pelo pesquisador Davi Kopewana, e a importância de nos unirmos aos Yanomamis na luta para segurar o céu.

Palavras-chave: pandemia; fronteira; guerrilhas; viver bem; bem viver

VEDOVATI, A. S. **Diving between guerrillas: ways of living in dispute in the pandemic period.** 2022. 114 p. Dissertation (Masters in Psychology) - State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

Since the first news about its incidence, the COVID-19 pandemic has been articulated as a border where old and new social problems are intensified, updated and coexist in guerrilla warfare. Given this scenario, this research/dive in progress articulates a critical investigation about ways of life and health concepts based on colonial rationalities, named in this research as Viver Bem, which coexist in dispute with plural biases that are weaved in alliance with perspectives of the Good. Indigenous living. From the dialogue, above all, with epistemologies from the south, I follow methodological paths articulated to the assumptions of qualitative research and document analysis. More specifically, I will discuss the production of meanings about health and life that have been articulated by indigenous peoples since the beginning of the COVID 19 pandemic in Brazil, with the first case notified in March 2020. To this end, the analysis will cover statements that circulated in social media, such as websites and official social networks of indigenous articulations, as well as videos, texts and published interviews. The text is divided into four dips. Initially, I decide to get my feet wet and announce objectives, justification and part of the theoretical, political and methodological assumptions of this investigation. Then, I dive into contaminated waters and problematize the notion of Living Well and their respective conceptions of health as colonial productions. Continuing, in an attempt to find air, I analyze indigenous perspectives of Good Living and part of their conceptions of health. The last dive proposes a critical analysis of meanings produced about health and life by indigenous peoples in Brazil since the discovery of the COVID 19 pandemic. to the Yanomami in the struggle to hold the sky.

Key words: pandemic; borderlines; guerrilhas; bem viver; viver bem.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500.....	33
Figura 2 -	<i>The Putumayo: the devil's paradise, travels in the Peruvian Amazon Region and an account of the atrocities committed upon the Indians therein</i>	46
Figura 3 -	Mapa Mundi.....	54
Figura 4 -	<i>The Cosmic Serpent: DNA and the Origins of Knowledge.....</i>	59
Figura 5 -	reprodução/ redes sociais	59
Figura 6 -	reprodução/redes sociais	63
Figura 7 -	<i>Nũhũ yãgmũ yõg hãm: Essa terra é nossa!</i>	66
Figura 8 -	Brumadinho.....	71
Figura 9 -	Themba Hadebe, 2020. South Africa.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	American Psychological Association
APIB	Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
MUSA	Museu da Amazônia
PIB	Produto Interno Bruto
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena

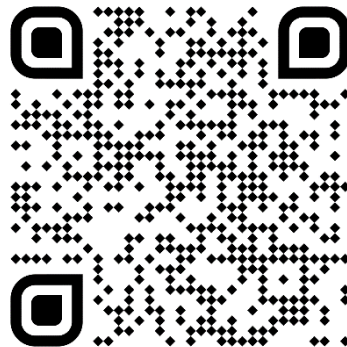
SUMÁRIO

1	MOLHANDO OS PÉS	11
1.1	SENTINDO AS ÁGUAS QUE VAMOS ADENTRAR.....	11
2	QUANDO AS ÁGUAS SE CONTAMINARAM	33
2.1	COLONIZAÇÃO/COLONIALIDADE: O VIVER BEM COMO PRODUÇÃO “MODERNA”.....	33
3	CUIDADO COM A LAMA TÓXICA!	53
3.1	BEM VIVER COMO POSSIBILIDADE DE MELHOR CONDIÇÕES DE RESPIRAR.....	53
4	EM TEMPOS DE VÍRUS NO AR, RESPIRAR EMBAIXO D’ÁGUA TALVEZ SEJA A SALVAÇÃO...	81
4.1	COVID-19, O ELEMENTO SURPRESA NA GUERRA DA NECROPOLITICA BRASILEIRA.....	81
	CONFISSÕES FINAIS OU CONSIDERAÇÕES PARCIAIS, MUITO LONGE DE SEREM FINAIS	99
	CARTA PARA O LEITOR.....	99
	REFERÊNCIAS	105

MOLHANDO OS PÉS

SENTINDO AS ÁGUAS EM QUE VAMOS ENTRAR...

Antes de qualquer análise teórica, da sinalização de referências bibliográficas, de articulação de um debate que, em parte, seja convocado a dialogar com os tão conhecidos academicismos, antes de qualquer palavra, eu os convido a adentrarem nesta pesquisa-mergulho comigo com um corpo que se afeta por outros encontros. Assim, eu os convido a apontarem as câmeras dos seus celulares para a leitura do *QR Code* abaixo, e deixo também o link¹ em nota de rodapé, já adiantando que será assim daqui em diante:



Por ora, opto por não explicar a música, não pretendo interpretá-la para “justificar” o texto que procede. Peço que se deixem entre afetos após ouvir essa música, pois como nos ensina Audre Lorde (2019, p. 46): “Sinto, logo posso ser livre”.

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=I-OSSbcVgh8&t=2s>

Respirem fundo

Um

Dois

Três

E, nesse afeto, que é tão singular, sigam na leitura...

Ouvi diversas vezes a Flávia, minha querida companheira de mergulho, que academicamente chamamos de orientadora, falar que no processo de escrita devemos nos aninhar com o texto, senti-lo, não só com a cabeça, mas com o corpo também. Por isso, insisti em convidá-los a molhar primeiro os pés nesse mergulho, sentir a água por uma breve experiência sensorial, sentir o texto pela ponta dos dedos.

O processo de escrita me levou para lugares completamente desconhecidos, especialmente por ter de lidar com um “mestrado online”, devido à pandemia da COVID-19. Situação que cerceou meus ouvidos, a voz ao vivo das professoras e professores, travou meus braços para o acolhimento (ou necessidade dele) diante das dificuldades vivenciados por mim e minhas/meus colegas, não me permitiu sentir o cheiro do café na sala de aula em uma segunda-feira de manhã. Sem mencionar todo o turbilhão de desdobramentos que o vírus e o (des)governo atual (no momento em que escrevo) vêm impondo a nós brasileiras/os.

Assim, articulo essa pesquisa desde a posição de uma pesquisadora que se sente em meio a uma guerrilha. Trata-se de uma investigação crítica sobre modos de vidas pautados em racionalidades coloniais, nomeados nesta pesquisa como Viver Bem, que coexistem em disputa com modos de vidas plurais que se tecem em aliança às perspectivas do Bem Viver indígena. Pesquiso, mais especificamente, sentidos sobre saúde e vida que vêm se articulando por povos indígenas do Brasil desde março de 2020, mês que se constatou o primeiro caso de infecção por COVID-19 no país. Para tanto, a análise percorrerá

pronunciamentos de domínio público que circularam em mídias sociais, como site e redes sociais oficiais de articulações indígenas, bem como vídeos, textos e entrevistas de referências indígenas publicadas.

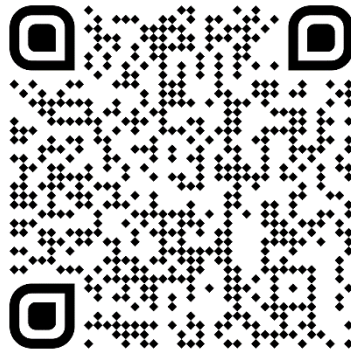
Debato ao longo dos próximos capítulos/mergulhos noções de saúde e vida, articuladas em consonância às perspectivas do Bem Viver e do Viver Bem, que se engendram em disputa nestes aparatos tecnológicos. Ressalto, portanto, diferenças na forma de lidar com um vírus novo e letal que decretou uma pandemia: a COVID-19. E, nessa perspectiva, proponho uma reflexão sobre a sombra da necropolítica que paira sobre determinados grupos de pessoas e as guerrilhas travadas contra sua foice.

Bem, quanto mais vivencio esse processo de pesquisa, me dou conta de que este me remete a um “mergulho”, como vocês já me ouviram chamar nas linhas anteriores, portanto, a partir de agora, assim a chamarei. Me sinto instigada e convocada a me aproximar, para mergulhar de cabeça. O mundo em que habito – intensamente constituído por racionalidades brancas, eurocentradas, coloniais – já deixou de me encantar há uns bons anos, quando, inicialmente, tive acesso e percorri partes dos estudos sobre culturas africanas. Reflexo, de alguma forma, dos encontros nas encruzilhadas que vida vem me fazendo insistentemente esbarrar, ou melhor, me enfeitiçar em e por conhecimentos indígenas.

Toda essa beleza e encantamento me geram pavor de continuar; travei logo no começo da escrita e em vários outros momentos no decorrer. Afinal, quando se está indo por caminhos desconhecidos, toda encruzilhada gera dúvidas sobre o percurso à frente. Eu sei que os passos daqui em diante só irão contrastar sombras que carrego comigo: coloniais, algumas tecidas pelas minhas próprias mãos, e outras heranças (malditas, como nos filmes de terror) que recebi e recebo da sociedade que habito e me habita.

Ainda sobre as sensações que esse mergulho me desperta, sinto medo. Medo de invadir um espaço que não me pertence e reproduzir o movimento de colonizadores: de me

apropriar de terras que não me pertencem, invadi-las. Ao compartilhar esses medos com a Flávia, minha guia nesse mergulho - e que afunda (às vezes boia) junto comigo - recebi de presente a seguinte pergunta: *como articular um processo de pesquisa em que o medo seja ressignificado como "cuidado" e "respeito" com as palavras e histórias?* E não sei responder. Nem ao menos sei se quando chegarmos ao final dessa caverna subaquática que ousamos explorar acharemos esse tal baú do tesouro com a resposta. Então, decidi continuar e, enquanto escrevo, ressoa as palavras de Katu Mirim, cantora indígena brasileira, em meus ouvidos. Apontem a câmera do celular para o QR Code² abaixo e afetem-se comigo durante a canção:



Eles, acham normal esse mundo desigual

Tem rosa e cemitério bem no fundo do quintal (sem moral)

Olha a batida está parando coração

O sagrado pede socorro, já estamos em extinção

Cadê a sua luta pela demarcação?

Você gosta da cultura, mas de nós não gosta não

(“né não?”)

(Katu Mirim, 2020. *Nativa*. Em *Nós*. Independente. [Grifos meus])

² <https://www.youtube.com/watch?v=zp7gWrDWehg>

Destaquei a parte da canção que mais me tocou e que me convida a experimentação de deslocamentos: quais lugares posso ocupar com a minha voz? Como pesquisar sem pretensão de apropriação? Quais saberes pedem passagem por meio dessa investigação/experimentação? Assim, de antemão, reafirmo que não pretendo falar pelas pessoas indígenas, pois estas já enunciam saberes fundamentais desde (e antes) a invasão do Brasil. Basta serem ouvidas por nós, pessoas não indígenas, ou melhor, juruá, para algumas linguagens indígenas³, e, a partir desse ponto, assim me referirei a esse grupo de pessoas. Espero que esse mergulho seja uma parte, e não única, dos meus movimentos para somar na luta indígena.

Uma das minhas intenções é tentar, ainda que parcialmente, descolonizar saberes que tenho acesso e que constituem o meu pensamento, as sensações que percorrem meu corpo e as minhas relações. Dessa forma, sinto-me convocada também a questionar o espaço acadêmico, majoritariamente eurocêntrico e as formas coloniais de “Viver Bem” que temos assumido. Espaço acadêmico que produz asfixia em mim nos últimos anos, que interdita, por vezes, minha língua e me situa como subalterna. Preciso respirar, e este mergulho tenta buscar ar, contraditoriamente embaixo d’água.

Mas, talvez não seja tão contraditório assim, tendo em vista que algumas cosmopercepções indígenas anunciam que a água é lugar de onde viemos e morávamos previamente antes de pisar em terra (Bueri Kãdiri Marĩriye, 2006). De acordo com uma outra teoria sobre a evolução, uma das mais aceita pela ciência, o *Big-Bang*, a vida também se originou de algo que fora chamado de sopa cósmica. Não se tratava da água tal qual conhecemos hoje, mas tratava-se de substâncias em estados líquidos (Sopa Primordial,

³ Aprendi esse termo, o nome da pessoa não indígena, em uma viagem pessoal a uma aldeia Avá-Guarani, em Guarára, PR.

2013). Isso me faz pensar que talvez seja um caminho: buscar ar para continuar a vida em sua origem mais primitiva. Mergulhemos, pois.

Esta pesquisa se organiza em três mergulhos: inicialmente, no capítulo **Mergulho primeiro - Quando as águas se contaminaram**, problematizo modos como a colonialidade do poder opera na produção da noção moderna do Viver Bem e suas respectivas perspectivas eurocentradas de saúde. No capítulo seguinte, denominado como **Mergulho segundo - Cuidado com a lama tóxica! Dá pra filtrar?**, analiso a noção de Bem Viver tendo como referências parte das produções acerca de conhecimentos indígenas, sendo também debatidas perspectivas de saúde que se tecem neste viés. No capítulo final, chamado **Mergulho último - respirem, recuperem o folego!**, problematizo sentidos produzidos sobre saúde e vida por povos indígenas no Brasil desde a constatação da pandemia da COVID-19.

Espero que durante esses mergulhos seus corpos se afetem, e, se faltar o ar, peço calma. Utilizo-me das palavras do indígena brasileiro Ailton Krenak (2019, p.14): “quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar”.

Por ora, sinto que preciso localizar primeiro meu corpo e meu lugar de fala⁴, para depois continuar por rios que nem imagino onde irão desaguar. Quando nasci, em uma pequena cidade rural do interior do Paraná, tive meu corpo reconhecido como feminino e me identifico com isso. Cresci, a cor de pele branca, como a dos meus pais, meu cabelo era bastante cacheado e castanho, era uma criança um pouco acima do peso.

Quanto às condições econômicas, quando criança, me lembro de a vida ser um pouco difícil, mas nunca vivenciei faltas em relação a necessidades básicas e cuidados pessoais, nem me faltaram materiais e condições para estudar. Pelo contrário, minha mãe e meu pai

⁴ Lugar de fala diz respeito a reconhecer de onde se está falando, dentro de seus próprios recortes: com privilégios, limitações e assumindo seu lugar dentro da hierarquia imposta sobre corpos dissidentes (DJAMILA, 2017).

sempre me incentivaram a estudar, com aquela vontade de ver a primeira geração da família formada na graduação. Vindos de famílias pobres, ambos sempre acreditaram que “pelos estudos crescemos na vida”, e eu sou muito grata por isso. Também sou descendente de imigrantes pobres, polonesas/es e italianas/os, que vieram para o Brasil fugidos da guerra, sem pedaços de terra e plantações. Tenho apenas esses fragmentos da história que me antecede e que também é minha, história de minhas/meus antepassadas/os.

Hoje sou mulher “cisgênera⁵”; lésbica; com o cabelo cada vez mais cacheado e, às vezes, colorido; bastante tatuada; psicóloga clínica e apaixonada pelo SUS; e, agora, tentando localizar meu corpo também como pesquisadora. Fora da academia e do trabalho “formal”, vivo planejando cultivar minha horta e cuidando de algumas plantas, mas confesso que sou bem melhor com animais (duas gatas e duas cachorras que me acompanharam em cada linha escrita); às vezes desenho, noutras escrevo, quando em quando danço. Tenho vinte e sete anos “de sonho e de sangue, e de América do Sul”, como disse Belchior (2002), e meu corpo latino nunca pisou fora do Brasil para além do famoso Paraguai de fronteira. E “ando mesmo descontente, desesperadamente, eu grito em português” com os atuais cenários que vivemos no Brasil. Torço para que esse mergulho endosse meu grito.

Agora que já me apresentei (e adoraria ser apresentada a quem me lê⁶), gostaria de dissertar sobre alguns pontos fundamentais para esse mergulho, que se afirmam como itinerários da investigação. Você, leitora/leitor, perceberá que em alguns momentos falo em

⁵ Refere-se a identidade de gênero a qual a pessoa se identifica, independente de fatores biológicos. Uma pessoa que se identifica como cisgênero assume identificar-se no âmbito individual e coletivo com o sexo biológico de seu corpo no nascimento (VERGUEIRO, 2016). Por exemplo: a partir do meu corpo, ainda dentro da barriga de minha mãe, fui identificada como “menina”, e hoje, portanto, ainda me reconheço, desde o âmbito pessoal ao coletivo, como mulher cis.

⁶ Então, se durante o processo de leitura você sentir, me mande um e-mail: ale.skowronski@gmail.com

primeira pessoa, noutros falo em terceira e plural, por considerar a importância da produção de saberes localizados, assim como afirma a estadunidense Donna Haraway (1995). E, se estou falando, gostaria que alguém me escutasse, por isso quando escrevo em primeira pessoa é um convite: te convido a pegar na minha mão e peço para que me acompanhe nesse mergulho, esperando que você seja afetada/o por sentimentos e sensações. Ainda, se não for pedir demais, que você continue a se deixar afetar também desde o corpo, para além da experiência racional.

Peço uma pausa nas considerações para afirmar a importância dos saberes localizados nesse mergulho, uma vez que estes existem, insistem e constituem realidades. Ou seja, saberes que não precisam serem “descobertos” e muito menos estão à espera de serem lidos e traduzidos. Como afirma Haraway:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. (1995. p. 36)

Outra ressalva, que talvez já tenha sido percebida, é que usarei o nome antes do sobrenome, pelo menos na primeira citação referente a pessoa, por considerar que as regras coloniais, neste caso as normas da APA, tornam invisíveis aquelas/es que são localizados como subalternos na ordem global, como as mulheres. O termo “colonizador” será usado no masculino, pois foram os homens os primeiros a desembarcar de caravelas, ávidos pelo poder, não as mulheres, que, aliás, mal tinham reconhecimento social. A portuguesa Grada

Kilomba (2019), bem nos lembra que as línguas colonizadas têm uma herança ainda hoje ancorada em um discurso colonial e patriarcal, e mais:

Lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana. (2019, p.14)

As línguas são produções políticas. Nossos corpos, relações e trajetórias são produções políticas, assim como o que comemos, vestimos e respiramos. Logo, o processo de pesquisar também assume uma dimensão política que opera para legitimar e/ou desestabilizar a dimensão geopolítica do conhecimento na ordem global, como sinaliza o porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2016). Logo, insisto na importância de localizar quais posições investigo, escrevo e vivencio esse mergulho. Portanto, nessa direção, também considero relevante referenciar a nacionalidade de cada pesquisadora/pesquisador aqui citado, pois em sua maioria são pessoas não europeias e não estadunidenses, que, historicamente, vêm sendo sistematicamente invisibilizadas, silenciadas e/ou exterminadas.

Antes da invasão dos europeus, especialmente portugueses e espanhóis, existiam diversas nações que habitavam o território continental conhecido como “América Latina”. Contudo, destaco que esse nome foi demarcado pelos colonizadores, como aponta o peruano Aníbal Quijano (2014). Cada povo possuía sua própria língua e, conseqüentemente, nomes específicos para designar a extensão de terra que habitavam e conheciam. Atualmente, convencionou-se entre os povos originários, para construir um sentimento de unidade, pertencimento e como processo de construção político-identitário, utilizar o nome Abya Yala

para se referir a América Latina. Conforme declarado em 2007 na III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, realizada em Iximche, Guatemala:

Como espaço permanente de enlace e intercâmbio, onde possam convergir experiências e propostas, para que juntos enfrentemos as políticas de globalização neoliberal e lutemos pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para Viver Bem. Pouco a pouco, nos diferentes encontros do movimento dos povos originários o nome América vem sendo substituído por Abya Yala indicando assim não só outro nome, mas também a presença de outro sujeito enunciativo de discurso até aqui calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários. (Porto-Golçalves. 2006)

A partir dessa perspectiva, acredito que a desobediência epistêmica e política de adotar o termo Abya Yala para se referir à América Latina assume resistência em um processo de retomada da identidade que fora negada aos povos originários. Processo de reposicionamento daquelas/es nomeados como subalternas/os como sujeitos de fala e de saber. Ressalto que existem outros nomes aos quais eram atribuídos à “América Latina” por diversas etnias. Dito isso, continuemos...

“Terra à vista”, dizem que foi o que Cabral gritou em 22 de abril de 1500, quando “descobriu” o Brasil, uma terra “inexplorada à disposição” dos portugueses para exploração e extração de bens comercializáveis no mercado europeu. Afinal, os “selvagens” que aqui moravam não faziam “uso correto” de tais produtos mesmo (esse parágrafo contém ironia e revolta). Vamos aos fatos:

Antes da chegada dos colonizadores, estima-se que havia mais de dois milhões de pessoas indígenas no Brasil, que falavam mais de mil línguas diferentes. Atualmente, a população indígena no Brasil se configura em um total de 817.963 mil pessoas, organizadas

em 305 etnias falantes de 274 línguas distintas (IBGE, Censo 2010). Previamente à colonização/invasão, os indígenas já viviam em sociedades com culturas, religiões, medicinas, e um estilo de vida próprios de etnia, de acordo com suas crenças, costumes e organização social.

O genocídio da maior parte da população aconteceu nos primeiros anos de colonização, mas não apenas pelas guerras e conflitos físicos na tentativa de dominação indígena. Boa parte do extermínio se deu por conta das doenças pandêmicas que aqui aportaram, trazidas pelo juruá (homem branco, lembra?), assim como aponta a brasileira Cristina Gurgel (2010). Simultaneamente, o processo de colonização se incumbia de apropriar-se das terras férteis indígenas, desmatando não só a vegetação nativa, como suas plantações, criminalizando práticas de cura, proibindo a expressão de suas línguas nativas, ritos, costumes, culturas, catequizando e impondo um estilo de vida europeu a povos que viviam bem antes da chegada dos brancos, conforme analisa a antropóloga luso-brasileira Manuela Cunha (1998)⁷.

A partir desse fato, gostaria de fazer uma relação com o período histórico em que vivemos, onde pudemos perceber, infelizmente na prática, como doenças pandêmicas se alastram rapidamente e, mesmo com todo o arsenal de recursos tecnológicos disponíveis, dizimam populações até serem contidas. Imagine a potência de uma doença contagiosa em 1500, quando não se tinha água encanada e sabão (importante ressaltar que esses recursos ainda hoje não são acessíveis a todos os grupos de pessoas), bem como tecnologias

⁷ O filósofo argentino Dussel (2010) recorda que o modo mais direto de fundamentar a práxis da dominação colonial é revelar que a cultura, e as “virtudes” dos dominantes, concede aos dominados os benefícios da civilização. Dizia Ginés de Sepúlveda: “Será sempre justo e conforme ao direito natural que tais gentes (bárbaros) se submetam ao império de príncipes e nações mais cultas e humanas, para que, pelas suas virtudes e pela prudência de suas leis, abandonem a barbárie e se submetam a uma vida mais humana e ao culto da virtude” (apud Dussel, 2010, p. 355), mesmo às custas de extrema violência, como ocorrido nos processos de colonização.

contemporâneas para o desenvolvimento de vacinas. Voltando ao presente, a OMS (1997) define saúde como um completo bem-estar: físico, social e mental, não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. Então, me ressoam algumas perguntas: o que fora considerado saúde em 1500? E hoje, quem tem o direito a saúde, especialmente se nos voltarmos ao caos imposto pela COVID-19? Ou melhor, para quem se articulam as políticas de saúde no Brasil?

Este mergulho não almeja a ousadia de responder tais perguntas, até por não acreditar que haja uma única resposta. Tenho como intenção propor um pensar crítico sobre os modos de Viver Bem (Acosta, 2016) modernos, herdados dos colonizadores europeus, em detrimento ao Bem Viver (Mamani, 2005; Quintero, 2017) indígena no Brasil, que coexistem em guerra, e se evidenciam especialmente durante a pandemia da COVID-19. No debate, destaco noções de saúde que se articulam nestes vieses, ainda que eu entenda que estas não se constituem de modo homogêneo.

Analiso, mais especificamente, sentidos sobre saúde e vida que vêm se articulando por povos indígenas no Brasil desde março de 2020, mês que se constatou o primeiro caso de infecção por COVID-19 no país. A partir de documentos de domínio público materializados em pronunciamentos de representantes indígenas que circularam em mídias sociais, como site e redes sociais oficiais de articulações indígenas, bem como vídeos, textos e entrevistas. Essas escolhas serão situadas com mais precisão ainda nesta introdução. Não tenha pressa, caminhe comigo a passos lentos.

Segundo Ailton Krenak (2019), existia uma premissa entre os europeus de que o mundo poderia ser colonizado, uma vez que os povos habitantes do resto do globo eram uma “humanidade obscurecida” e precisavam de luz (a luz desde a perspectiva europeia). O Papa Paulo III, inclusive, afirma que a alma desses povos é como um receptáculo vazio, esperando pelo colonizador (Santos, 2010). Há, assim, a suposição de existir uma forma correta de estar e viver aqui na Terra, e, da mesma forma, o entendimento de ser superior às outras espécies,

usando-as a bel prazer sem se preocupar com um equilíbrio natural. Tal modo de existência moderno, nomeado como Viver Bem, se articulou/articula em uma perspectiva eurocêntrica e, ainda hoje, reverbera na vida em sociedade por meio de uma racionalidade denominada por Quijano (2002) como “colonialidade do poder”, refletindo em modos coloniais de ser, de pensar e de saber:

Toda forma de existência social que se reproduz a longo prazo implica em cinco âmbitos básicos, sem os quais não seria possível: sexo, trabalho, subjetividade, autoridade coletiva e “Natureza”. A disputa contínua pelo controle dos mencionados âmbitos origina as relações de poder. A partir dessa perspectiva, o fenômeno do poder se caracteriza por um tipo de relação social constituído pela co-presença e permanente interação de três elementos: dominação/exploração/conflito, o que afeta cada um e todos os cinco âmbitos básicos de toda existência social e que é resultado e expressão da disputa por seu controle (2002, p. 4)

Essa forma colonial de existência opera de modo completamente dissonante ao que era vivenciado pelos povos originários do Brasil. O Viver Bem europeu significava explorar, tomar para si as riquezas dos locais por onde passavam, sem se preocupar com o todo, com o equilíbrio natural de cada ecossistema, o objetivo era apenas acumular riquezas. Krenak (2019) ainda aponta que quando o homem branco, incumbido em sua ideia de humanidade, passou a se desvincular da terra, como se fosse um organismo à parte, também se pôs a desrespeitar a Natureza. E, não podemos, literalmente, viver em um mundo sem Natureza, pois “(...) a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”. (2019, p. 12).

Na perspectiva colonial do Viver Bem, a noção de saúde se articula, em grande medida, a uma noção moderna biomédica, que institui uma visão dicotômica entre corpo e mente, sendo que a espiritualidade aqui não era ao menos cogitada como parte ou causa de alguma doença, conforme aponta Jeremy Narby (2018), antropólogo canadense. Em contrapartida, as/os indígenas pontuavam que corpo, mente e espiritualidade eram inseparáveis em cada indivíduo: muitas doenças do corpo eram causadas por questões sobrenaturais, as quais os juruá decidiram chamar de “espíritos” e “demônios”, entre outras conotações pautadas em uma visão cristã que qualificava como inferior tudo que viesse “do outro”. As/os indígenas também falavam e viviam de forma harmônica e respeitosa com a Natureza e com suas formas de vida, lugar onde colhiam, plantavam e caçavam o que era necessário para cada comunidade, longe da lógica cumulativa, modo que fora chamado de Bem Viver.

Assim como analisa o boliviano Pablo Mamani (2005), o Bem Viver articula saberes diferentes (dissidentes) das perspectivas hegemônicas/dominantes. Se refere à importância do “saber conviver” ou do “viver em plenitude”. É uma condição coletiva, transgeracional e que remete a convivência entre seres humanos e não humanos. Sobre este modo de viver, o brasileiro Pablo Quintero (2017) analisa que se realiza na vivência cotidiana e local, sendo que as pessoas constroem coletivamente modos de fazer a partir das demandas que surgem, ou seja, implica em uma perspectiva de gestão comunitária e de resistência. O autor ressalta ainda que não é possível se referir a noção de Bem Viver como única, pois há perspectivas plurais de “Bem Viveres” que são articulados a partir de saberes e práticas diferenciadas.

Entretanto, os modos de vida articulados na racionalidade do Bem Viver, modos situados aqui como indígenas, foram vistos como “preguiçosos” pelos portugueses, que olhavam para as colônias com olhos de exploração e extrativismo de recursos (Quijano, 2002). Preconceito perpetuado em tal estereótipo nos livros de história ou relatos artísticos

que circulam atualmente. Os modos de viver europeus estavam atrelados aos meios de produção e exploração, contudo a sociedade indígena não funcionava nos mesmos moldes. O modelo econômico imposto pelos colonizadores era desconhecido pelos povos originários, além disso, não fazia sentido a elas/eles por conflitar com o modo de vida já levado. Tudo que construía a cultura, identidade e sociedade dos povos indígenas, incluindo a forma de usar recursos a partir da Natureza, fora julgado como inferior e obrigado a (R)existir como tal.

Estes modos de vida e noções de saúde ainda coexistem em disputa no contexto brasileiro, se atualizando de modos plurais ao longo da história. E, neste sentido, pretendo também localizar o momento atual da pandemia da COVID-19 como campo analítico para evidenciar e problematizar essas disputas, campo que, neste mergulho, se articula como fronteira, ou seja, como um espaço entre territórios; entre saberes; entre modos de (R)existência; em que diferenças se desenham; se evidenciam; se confrontam em entrecruzamentos múltiplos e (im)previsíveis de racionalidades e modos de vida coloniais, normativos, disciplinares; bem como entre modos de pensar e de viver que se assumem periféricos, originários, marginais e fugitivos, como analisa a brasileira Flávia Carvalhaes (2020).

Quanto a noção de fronteira, Ernesto Guhn (1991), geógrafo alemão que viveu na Colômbia, a circunscreve como espaço constituído por forças ativas, ao afirmar que:

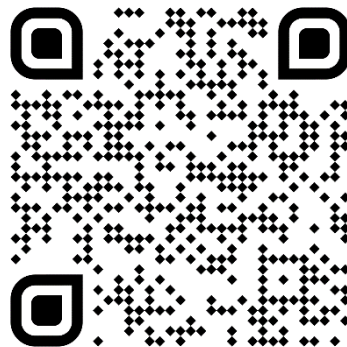
es obvio que la frontera es vista de modo diferente por el colono, el capitalista extranjero, el geógrafo o el político; y el experto militar lo evalúa diferente que el contrabandista o el patriota de buena fé; pero todos estos puntos de vista son fuerzas activas - de diferente intensidad - que influyen sobre el espacio y sus fronteras políticas de acuerdo con el tempo. (p. 153)

Nesta perspectiva, ressalto também a pontuação da chicana Glória Anzaldúa (2005), ao nos lembrar que produzir conhecimentos desde a perspectiva da fronteira implica em um “contrapositionamento”, ou seja, questionamento dos pontos de vista da cultura dominante das autoridades não só no exterior, mas no interior também. Provocando, assim, quebras e rupturas nos modos de produção de saber, pois os muros que protegem certas ideias são os mesmos que impossibilitam a troca, o crescimento. A vida é cíclica, o movimento de contração e expansão está em tudo: desde nossos pulmões, coração, até o universo, e sem esse movimento o resultado é a morte.

Vinculado à noção de fronteira encontra-se, necessariamente, o conceito de território, pois está se articula no limite entre territórios. Opto, então, por situar a noção de território para pessoas indígenas como referência de existência, de sociabilidade e de cultura, como pontuado no depoimento de Maria Paulino, indígena Karapaña (Nova Cartografia, 2021) em depoimento na exposição “Pandemia e Território”:

*O território é muito importante para a população indígena porque é o lar dela, é onde ela planta, é onde ela cria seu filho, é onde ela vai atrás do medicamento, é onde ela tem a proteção dela dos elementos da Natureza. E ele não é um território delimitado, ele é contínuo, porque do igarapé ao coleta de frutos, a coleta de medicamentos naturais, plantas medicinais, ali é onde ela caça, onde ela traz o suficiente para manter ali aldeia, é onde ela faz o seu roçado para a produção de alimentos. Por isso que ele tem que ser contínuo, não é um local pequeno. E muitos não entendem isso, pra nós isso é vida, tirando isso da gente tira nossa vida, o que eu vou fazer em um local pequeno? Como aconteceu muito na pandemia: nossos anciões ficaram limitados a um quarto apenas, então aquele território foi tirado, a vida dele naquele momento, tirou o território, tirou a vida, ficou ali num quadrado. (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2021. *Pandemia e Território*, 1:39. Musa, Amazônia).*

Segue abaixo o QR *Code*⁸ que leva até a entrevista na íntegra no *YouTube*, entrevista que merece ser ouvida!



Logo, como um campo que se organiza na racionalidade da fronteira, a pandemia da COVID-19, conforme afirma o brasileiro Rafael Guimarães (2021), também se atualiza como “guerrilha”, uma vez que o sistema colonial-moderno não permite que voltemos a um lugar não transformado pela colonização. Destarte, há pessoas e povos que estão imersos nessa cosmopercepção histórica em que (R)existem as políticas de matabilidade em curso. Destaco como exemplo as políticas de governo assumidas no Brasil no que se refere à prevenção e o combate à COVID-19, e falas públicas de seus políticos representantes, evidenciando que existe sim um lado que deve morrer. Como nos lembra o camaronês Achille Mbembe (2016), ao problematizar modos de gestão governamental que se articulam em conluio como uma perspectiva necropolítica, podemos observar que:

Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=6cBIdqETk5k&t=3s>

um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre” (p. 141).

No cenário brasileiro, essa política de matabilidade assume materialidades diversas na pandemia da COVID-19, no evidente descaso com populações que, historicamente, vivem em condições de desproteção e risco, como moradores de regiões periféricas, sobretudo negras e negros, moradoras/es de ruas, população LGBTQIA+ e indígenas (Oxfam, 2022).

Dentre essas populações, destaco, em especial, as condições de desproteção da população indígena desde o início da pandemia: até o dia 08 de fevereiro de 2022 existiam 65.577 casos confirmados, dentro desses casos 1.269 pessoas mortas e 162 aldeias afetadas por COVID-19, conforme o site APIB (Articulação dos povos indígenas no Brasil). Conforme a mesma fonte, o primeiro caso de contaminação confirmado aconteceu no dia 25 de março de 2020, uma jovem de 20 anos, pertencente ao povo Kokama. Ironicamente, quem transmitiu o vírus a ela foi um médico a serviço da SESAI de Cruzeiro do Sul no Acre. Vale ressaltar que a mesma instituição vem sendo acusada, por várias articulações indígenas, de falta de transparência na divulgação dos dados e racismo institucional, sendo a mesma vinculada ao governo federal.

Portanto, a partir das problematizações situadas, considero que o método qualitativo se mostra mais eficiente para ser corda-guia no mergulho proposto, visto que, segundo a brasileira Sonia Mansano (2012), os problemas pautados por esse tipo de pesquisa não precisam ser resolvidos definitivamente, mas sim “incomodar e insistir na multiplicação de mutação das questões”. Consequentemente, “esse tipo de pesquisa pode ganhar contornos políticos de resistência, uma vez que não admite o simples jogo das explicações totalizantes

e nem sequer o aprisionamento da vida em conhecimentos absolutos a serem seguidos como regras gerais” (p. 7).

Assim, a proposta de pensar noções de vida e saúde que se articulam nas perspectivas do Viver Bem e o Bem Viver dentro da nossa sociedade, mais especificamente as perspectivas de povos indígenas brasileiros divulgadas em mídias sociais desde o início da pandemia da COVID-19 no país, convoca a uma análise que se pretende qualitativa. Este viés de pesquisa busca entender os processos pelos quais as pessoas constroem significados, não de forma a listar e mensurar comportamentos, pelo contrário: foca em vivências e representações.

Logo, esta pesquisa qualitativa se respalda na análise documental, problematiza documentos de domínio público segundo os objetivos da investigação proposta (Pimentel, 2001) que ainda não passaram por tratamento analítico. Por exemplo: músicas no estilo rap produzida por artistas indígenas brasileiros; vídeos que estão disponíveis em plataformas na internet; notícias veiculadas na mídia; livros, artigos entre outros exemplos. Documentos que, conforme a brasileira Mary Jane Spink (2013), “são produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória (p.102)”. Sendo assim, se relacionam com a intersubjetividade da/do outra/outro que o produziu, mas também com o coletivo em que está inserido, processos que são fundamentais neste mergulho.

Parto da perspectiva, em diálogo com um viés psicossocial, que pronunciamentos de representantes indígenas que vêm circulando em mídias sociais não só evidenciam fatos do cotidiano, mas produzem através de seus discursos sentidos sobre os fenômenos que se tecem no dia a dia. Ressaltam a importância (“força poderosa e inevitável”) dos processos de dar sentido à realidade, sendo que:

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (Spink 2013. p. 1)

Dessa forma, e em diálogo com a Psicologia Social Construcionista, concebo o discurso como ação social que produz sentidos (materialidades) à realidade, sendo que esses processos de produção se articulam como práticas sociais dialógicas. Sobre essa perspectiva produtiva, o brasileiro Alexandre Lima (2006) situa que:

Separações entre ações sociais e palavras, entre real (concreto) e significação do real (palavras que o representam) são descartadas, pois discurso é ação, ação que dá sentido e materialidade ao mundo, às coisas, aos eventos e a cada um de nós em meio a tudo isso (p. 98)

Tendo ainda em vista essa perspectiva produtiva, Spink (2013, p. 5) articula a noção de discursos como práticas discursivas, “como linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas”. Deste modo, concebo a realidade como construção social, histórica e culturalmente articulada por meio de narrativas, argumentações e conversas, entre outros exemplos, que se entremeiam nas relações sociais.

Alexandre Lima (2006) ressalta a dimensão polidiscursiva do discurso, sendo este nomeado pelo autor como uma “entrançadora” entre múltiplas vozes que se articulam em interação e que produzem enunciados que têm certa direção, endereçamentos. Nessa perspectiva, parto de um diálogo com a noção de enunciado em Foucault, parisiense, que situa sentidos que se produzem nas entrelinhas dos discursos. Os enunciados se constituem

por signos presentes em um sistema linguístico, sendo que estes produzem materialidades, ou seja:

(...) forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (Foucault, 2008, p. 103)

Enunciados, portanto, se constituem em relação a outros enunciados, articulando sistemas de linguagem que remetem aos repertórios interpretativos de que dispomos. É importante ressaltar que essa produção se tece também em meio a um campo de relações de poder, ou seja, em meio a tensões, embates, negociações em torno de interesses, crenças, valores, saberes diversos, perspectivas de realidades, entre outros exemplos. Nessa conjuntura, entendo que expressam múltiplas vozes e intencionalidades, construções coletivas e diversas acerca de um assunto, articulando enunciados que reproduzem perspectivas hegemônicas que circulam na vida em sociedade, ao passo que também desestabilizam certas noções.

Destarte, o processo de coleta de dados se pautará na premissa de que tudo que o ser humano produz, de forma intencional ou não, indica acontecimentos e revela intenções e interpretações de quem elaborou tais registros, revelando os embates e percalços passados (Gonzaga & Toledo, 2011). As questões sociais experimentadas no recorte temporal do mergulho em questão são alicerçadas a compreensão da história para além do que foi contado, mas também como uma viagem pelas entrelinhas, pelos “não-ditos” que muitas vezes foram marginalizados das versões oficiais.

Nessa perspectiva, entendo que os veículos de comunicação (re)produzem em seus discursos sentidos plurais (conservadores e/ou disruptivos na vida em sociedade), ou seja,

como campos que se afirmam como múltiplos. Com isso, somam a um conjunto de tecnologias de normalização que circulam na vida em sociedade, reafirmando perspectivas coloniais/disciplinares de existência. Entretanto, parte dessas noções são também tensionadas ao situar debates críticos sobre os acontecimentos do cotidiano.

Destaco que a perspectiva do “bem-viver” se apresenta de modo mais evidente e cotidiano em populações indígenas de outros países em comparação ao Brasil, embora atualmente seja uma pauta crescente nas articulações e debates. O movimento de luta pela afirmação de seus territórios tem como pioneiro o povo Kuna, que deu origem ao nome Abya Yala. São residentes no arquipélago de San Blas, no Panamá, começando o movimento na década de oitenta e tendo como ápice os anos noventa, ou seja, pouco mais de 30 anos atrás. Em seguida, aconteceram as grandes marchas pela “Dignidade” e pelo “Território”, também nos anos noventa, na Bolívia e no Equador, conforme o brasileiro Carlos Porto-Gonçalves (2009). Em consequência dessas movimentações, países como Nicarágua, Chile, Colômbia, Venezuela e outros povos residentes na Amazônia organizaram movimentos de reivindicação de territórios. Movimentos que não atingiram a mesma proporção em território brasileiro.

Tendo molhado os pés e anunciado alguns caminhos que exploraremos nesse mergulho, te convido:

“JÁ’É NHANDE PE. JAJE’OÍ TENONDE PE”

Ah, você não entendeu

Tá certo, eu traduzo:

“DIGA AO POVO QUE AVANCE. AVANÇAREMOS”

(Tetã Tekoha, 2020)

2 QUANDO AS ÁGUAS SE CONTAMINARAM

2.1. COLONIZAÇÃO/COLONIALIDADE: O VIVER BEM COMO PRODUÇÃO “MODERNA”

*Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do **achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou,** não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza.*

(Carta de Pero Vaz de Caminha. 01/05/1500. Domínio público. Grifos meus).



(Figura 1: Oscar Pereira da Silva, 1900. *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*. Óleo sobre tela. Museu do Ipiranga)

Para abrir esse mergulho, escolhi ressaltar a famosa Carta de Pero Vaz de Caminha, onde relata como foi a chegada dos portugueses em terras brasileiras. Fiz grifos em duas frases do trecho com a intenção de evidenciar a terra descrita como achada e posse do rei. Adiante, na carta é relatado sobre os primeiros contatos com as/os habitantes, que já se

encontravam aqui, ou seja, a terra não era inexplorada, pelo contrário. Outras cartas e pinturas pontuam bem tal fato, e, mesmo com pessoas (que evidentemente não eram portuguesas) na terra, ainda assim, os relatos afirmam que ela pertencia ao rei.

Neste itinerário, debato a produção de um modo de vida, chamado Viver Bem (Krenak, 2020), que se articula a partir dos processos da colonização europeia, da constituição do período histórico denominado como modernidade e da instauração da economia capitalista na ordem mundial. No mergulho, situo também noções de saúde que se constituem desde a perspectiva colonial, respaldadas em perspectivas biomédicas, universalizantes e eurocentradas.

Articulo este mergulho em diálogo com pesquisadoras/es situados na ordem global como subalternas/os, ou seja, provenientes de territórios colonizados, especialmente da Abya Yala. Para elucidar parte do debate, bem como os efeitos da colonialidade na atualidade, situo alguns trechos de músicas no estilo rap produzidas por artistas indígenas.

A modernidade se constitui como um período específico da história, que se inicia após a idade média, no final do século XV. Inicialmente, este período é marcado pelos processos de colonialismo, constituídos pelas invasões europeias em diferentes países da África e América do Sul. Portanto, modernidade e colonialidade são coexistentes, conforme analisa o argentino Walter D. Mignolo (2017), tal qual dois lados de uma mesma moeda (que custou demasiadamente cara a certas nações⁹). E, para entendermos essa relação, precisamos lembrar que antes da modernidade/colonização o mundo era constituído de modo *policêntrico*, onde havia numerosas nações, formando centros diversos de poder que não

⁹ Conforme Hoauiss (2008), nação é um lugar com pessoas, governo e cultura. Conceito que abrange “povos”, porém, é mais que um aglomerado de pessoas, pois existe uma organização coletiva. Nação: s.f. 1 comunidade: coletividade. 2 estado: governo. 3 nacionalidade. 4 país: terra, território. 5 povo: gente, pessoas, população. 6 raça: casta, espécie, tipo. 7 tribo: grupo.

detinham o capitalismo como modelo de produção vigente, como o império romano e o império chinês. Essas nações comercializavam entre si suas produções e matérias primas.

Contudo, com a modernidade/colonialidade, modos de vida e de conhecimento europeus se tornaram “padrões” a serem seguidos (impostos), sendo que configurações localizadas como periféricas, subalternas, provenientes dos povos colonizados, poderiam e deveriam ser colonizadas. Muitas vezes, para que isso ocorresse, como bem nos lembra Grosfoguel (2008), os critérios eurocentrados pautavam-se no conceito de raça, ao qual está embutido o racismo como princípio organizador dos sistemas hierárquicos.

Dentro da perspectiva da raça, para além de características físicas como cor de pele, biotipo de corpo, também existem línguas faladas/escritas/vivas, costumes, crenças, culturas que foram desconsideradas pelos olhares dos colonizadores. Embora desejassem seu massacre, diversos elementos culturais teimam em resistir através das fissuras e misturas, quando penetram e se sincretizam com outros tantos. Evidentemente, os europeus encontraram resistência de várias nações à colonização, então, conforme Dussel (2000), o uso de violência se tornou “justificável” em prol da modernidade/colonialidade.

Junto com esse movimento, se instaurou um novo sistema econômico e político de mercado chamado “capitalismo”, que se organizou em meio aos processos de expansão de territórios e demarcação de fronteiras geográficas que se articularam nos processos de invasão de países situados como “menos desenvolvidos” pelos europeus. Voltando à cronologia, os múltiplos centros de poder, distribuídos entre as diversas civilizações antigas e espalhados pelo globo, passam a se concentrar em países colonizadores e a nova ordem mundial se torna monocêntrica e capitalista. Os territórios colonizados ganhavam números em extensão de terra, tomavam e aniquilavam os diferentes centros, tornando-os apenas anexos dos países colonizadores, instaurando o período moderno como uma narrativa complexa.

Quijano (2002) situa que a modernidade se organiza em torno de três fases, que o autor nomeia como “imperialistas”. A primeira fase, de 1500-1750, em que os processos de invasão e dominação foram empreendidos pela Espanha e Portugal com enfoque nos países da Abya Yala. No período seguinte, de 1750 a 1945, os processos de colonização foram liderados pela Inglaterra, França e Alemanha, tendo em vista os territórios africanos e asiáticos. E, por fim, uma terceira fase, de 1945 a 2000, as invasões são lideradas pelos Estados Unidos visando Filipinas, Panamá, Porto Rico e algumas ilhas.

Neste mergulho me atenho sobretudo na primeira fase, pois nela começa a história da invasão do Brasil (adendo: assumo colonização como invasão, visto que as terras eram habitadas). É importante ressaltar que a Abya Yala não fora descoberta por acaso ou por erro de navegação enquanto os portugueses estavam “a caminho das índias”, como contado em muitos livros de história oficiais estudados nos espaços educacionais. Sua invasão fora planejada e serviu como base ao início de uma exploração capitalista que advém na primeira fase, pois, conforme Quijano (2002) ressalta, não existiria Europa sem a exploração político-econômica das colônias, uma vez que elas forneciam uma posição geográfica privilegiada para o controle do ouro, prata e outras mercadorias. O saqueamento desses minérios e mercancias propiciava boa parte do controle do capital comercial mundial, o que contribuiu para a centralidade da Europa na ordem global, sendo esta constituída por uma nova identidade geocultural, conhecida como Europa Ocidental.

Ademais, é importante lembrar que a América do Sul era visada como colônia de exploração, tal qual o próprio nome sugere. As colônias eram usadas apenas para exploração e extração de recursos naturais, não existiam planos de governo com melhorias para o lugar e população local. Já a América do Norte, ocupada enquanto colônia de povoamento,

possibilitava benefícios aos colonos¹⁰ como impostos e taxas mais baixas, permitindo o acúmulo de capital, estímulo do governo colonizador para o desenvolvimento do lugar e importações de tecnologias da época, entre outros exemplos (Monasterio & Ehrl; 1990). Em detrimento dessa condição, foram estabelecidos padrões de dominação que reverberam até os dias atuais.

Consequentemente, o modelo liberal imposto pelos colonizadores deixa de ser uma modalidade civilizatória em disputa com outras formas de existir, na medida em que não somente ganha espaço, mas também suprime os diferentes modelos políticos e econômicos, conquistando hegemonia como centralidade de vida. E, nesse modelo societário, apenas pessoas brancas tinham o direito de ganhar salários, uma vez que as raças dominadas eram situadas como inferiores e vistas apenas como mercadorias, forçando esses corpos a trabalharem até morrer.

Para Quijano (2014), devido a esse fato, a relação capital-trabalho assalariada toma o controle e passa a definir a geografia social do capitalismo, concentrando-se nos europeus espalhados pelo mundo. Há uma intersecção entre as formas de colonialidade: saber, ser e poder. Como certos corpos não possuíam direito de acesso ao dinheiro, e sendo o dinheiro sinônimo de poder e respeito, cada vez mais se tornavam objetificados e descartáveis.

Estes processos de colonização, como vimos, não se findaram no momento de emancipação das colônias, pois, na lógica da colonialidade, reverberam até hoje nos modos de organização da vida em sociedade. Dessa forma, o conceito de colonialidade, introduzido

¹⁰ Colono: s.m. 1 agricultor: camponês, campônio, cultivador, lavrador, peão. 2 colonizador: conquistador, explorador, povoador. 3 rendeiro: arrendatário, meeiro, arrendador, proprietário. (Hoauiss, 2008, 181). Ou seja, colonos eram europeus, homem-branco-cristão-heterossexual, seus descendentes, também sujeito masculino, donos de terra e seus meios de produção, incluindo escravas e escravos. A população originária não era considerada colono, portanto, não possuía direito a terra alguma.

por Quijano no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, refere-se a uma dimensão constituinte das sociedades modernas e contemporâneas, uma lógica organizante e organizada em torno de uma matriz colonial de poder.

Na perspectiva da colonialidade, o autor nos lembra, assim como situado na introdução deste mergulho, que as formas de existências sociais possuem cinco âmbitos estruturais: sexo, trabalho, subjetividade, autoridade coletiva e Natureza. Logo, as relações de poder que se tecem na vida em sociedade se originam da disputa pelo controle dos recursos e produtos originados, reproduzindo relações de dominação, exploração e conflitos que, por conseguinte, afetam singular e coletivamente a cada âmbito.

Destaca-se, ainda, que estes âmbitos estruturais não existem e nem operam na sociedade de forma independente, mesmo possuindo ritmos e maneiras de organização diferentes. Na prática, isso quer dizer que não é possível, por exemplo, pensar em trabalho sem que em algum momento embarremos ao que se refere a sexo (ex: “trabalhos de homem vs. trabalhos de mulher), embora pessoas precisem trabalhar, independente do gênero.

Continuando o exemplo, a perspectiva generificada do trabalho também se relacionada aos marcadores geográficos e históricos, ou seja, trabalhos que são vistos como “de homem” ou “de mulher” mudam de acordo com as sociedades e as épocas. Podemos desdobrar outros exemplos, porém o que quero dizer é que tais âmbitos fomentam (e são fomentados) as relações sociais e políticas, como analisa Quijano:

Os elementos concretos e as respectivas medidas e maneiras pelas quais se articulam em cada âmbito e na estrutura conjunta provém das condutas concretas das pessoas, isto é, são sempre históricos e específicos em sua origem, em seu caráter, em seu movimento. Em outras palavras, trata-se sempre de um determinado modelo histórico de poder. Em consequência o modelo de conflito é, evidentemente, histórico e específico, tanto em

relação ao modelo de poder como tal quanto em relação a cada um de seus âmbitos e dimensões constitutivas (Quijano, 2002. p. 133).

Ainda sobre a perspectiva da colonialidade, a historiadora britânica Karen Armstrong (2002) assinala que esta racionalidade se edifica em torno de discursos desenvolvimentistas e progressistas e é constituída por duas transformações centrais: econômica e epistemológica. Abrangerei as fases de forma separada por fins didáticos, ressaltando que, na prática, elas se interseccionam.

A primeira transformação se instaura a partir de uma mudança radical no domínio da economia, com a emergência do capitalismo, possibilitando a Europa reproduzir recursos ilimitados através da exploração das colônias. Nesse viés, conforme sinaliza Quijano (2002), podemos pensar a estruturação da “colonialidade do poder”, emergente a partir da dominação de determinadas nações, sendo estas invadidas e colonizadas a partir de justificativas alicerçadas na invenção de noções de raça e sexo, que as demarcou como inferiores, selvagens e subalternas.

Nesse momento histórico, surge o Estado-nação¹¹ como forma de assegurar o mercado e garantir direitos aos cidadãos¹², mas devemos lembrar que nem todas/os eram consideradas cidadãos, apenas os colonos. Escravas/os e nativas/os não eram sequer localizadas/os como seres humanos, pois, segundo as perspectivas europeias, não possuíam almas, sendo consideradas/os, inclusive, propriedades de seus senhores – sendo vendida/os,

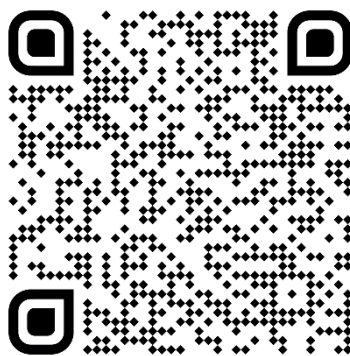
¹¹ Estado-nação é uma área que possui um governo, políticas e estruturas jurídicas legitimadas, moeda própria e forças bélicas. É responsável pela proteção e controle do povo que habita em seus territórios geopolítico (Bento, 2018)

¹² Sujeito masculino para ressaltar que a mulher não tinha direitos, e quando tinha, estavam atrelados aos desejos do marido. Destaco ainda, em diálogo com Lugones (2014), que a mulher colonizada não era entendida como humana, o que reverberou, por exemplo, em processos de escravização de mulheres negras. Este debate é articulado ainda neste capítulo.

marcadas/os, presas/os, penalizadas/os, torturadas/os, estupradas/os. Isso quer dizer que havia vidas e corpos que importavam apenas pelo seu valor mercantil. Esses corpos descartáveis ainda vivem na sociedade atual, evidenciando o que Mbembe chama de necropolítica:

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (Mbembem, 2018, p.5)

O rap¹³ da artista Katu Mirin evidencia essa política de matabilidade no dia a dia de populações indígenas tidas subalternas, bem como os efeitos da colonialidade na atualidade. Revoltem-se conosco:



Quando eu nasci o Estado já tinha um plano todo traçado
Eu nasci, e eles já queriam ver meu corpo enterrado
Me jogou na favela, sem canto, sem língua, me deixou sem memória

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=arOX7N8HIYg>

Pois quem não sabe de onde vem

Não cobra justiça a história

E eu vou buscar

(Então vai, não desiste)

O que é meu

(Katu Mirim, 2021. A busca. Em *A busca*. Independente)

Seguindo a linha proposta, a segunda transformação se constitui como epistemológica. Ou seja, o conhecimento dominante passa a ser o científico, sendo este constituído com ênfase na razão e em epistemologias ocidentais engendradas no Norte global, desconsiderando (silenciando) os saberes articulados no Sul global. São notáveis os efeitos desse processo de epistemicídio, pois comumente priorizamos em nossas produções científicas as pesquisas articuladas na Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha) e Estados Unidos, ao invés de valorizar saberes locais tecidos por pesquisadoras/es latinos, africanos, asiáticos, indianos, como Paulo Freire, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Franz Fanon, Gayatrik Spivak, entre outros exemplos.

Assim, questiono: em que momento da sua trajetória acadêmica você teve acesso a leituras de pesquisadoras/es não-europeus e não-estadunidenses? Me atrevo a responder tendo minha história em perspectiva: somente na pós-graduação, pouco antes de tentar a seleção para o mestrado. Sobre esta dimensão geopolítica do conhecimento, Grosfoguel (2016, p. 27) questiona: “Por que o que hoje conhecemos como teoria social, histórica, filosófica, econômica ou crítica se baseia na experiência sócio-histórica e na visão de mundo de homens destes cinco países?”.

A realidade sócio-histórica do mundo é complexa e diversificada, especialmente ao compararmos as experiências de pessoas situadas como colonizadores ou colonizadas/os,

entretanto essa pluralidade é sobrecodificada em uma perspectiva eurocentrada, processo que Quijano chama de “colonialidade do saber”:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (20014, p.121)

Edgardo Lander (2005), venezuelano, evidencia que é nesse contexto que as disciplinas das ciências sociais nascem, e ressalta quatro dimensões fundamentais para a articulação da cosmovisão de modernidade:

- 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas);
- 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “Natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (p.13).

Essa racionalidade da colonialidade do saber se encontra tão presente ainda hoje que, no ano de 2021, neste mergulho que prioriza o diálogo com autoras/es decoloniais, mais especificamente neste capítulo, até este parágrafo, foi citado apenas uma teórica mulher,

britânica, sendo que esta escassez não é mera coincidência. Grosfoguel (2016), outro homem, nos lembra que isto se chama “privilégio epistêmico”, concedido através de formas de dominação históricas que não apenas privilegiavam o homem branco ocidental como também desqualificavam outras formas de conhecimento, inclusive aquelas interseccionadas às questões de gênero.

A indiana Gayatri Spivak (2010), que nos lembra que “os oprimidos podem saber e falar por si mesmo” (p.56), analisa que a educação é imperialista e favorece certas pessoas, que falam a partir de suas vivências privilegiadas, ignorando vozes localizadas como incapazes. Seguindo o pensamento da autora, a mulher é situada em uma posição ainda “mais subalterna”, em uma estrutura social patriarcal que privilegia os homens.

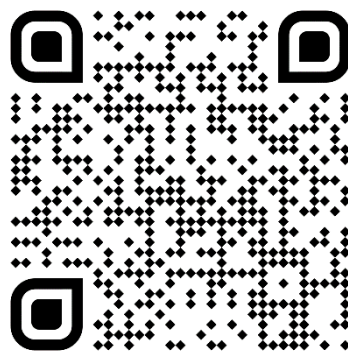
Ainda sobre este debate, Grada Kilomba (2019) ressalta que o ato de falar implica que alguém ouvirá. Todavia, se os colonizadores ouvissem o que era dito por pessoas escravizadas, precisariam, necessariamente, reconhecer que ladrões e violentos não eram os povos colonizados e sim projeções do imaginário branco sobre elas. Grada afirma, segundo uma leitura psicanalítica, que essa projeção no outro é o que não se reconhece e, além, que é negado sobre si mesma/o. Portanto, era de suma importância, estratégico, abafar vozes, negar identidades, colonizar tudo – terras, corpos, línguas, saberes, culturas.

Para elucidar ainda mais esse debate, destaco efeitos dessa racionalidade nas organizações sociais (relacionais) de gênero. A argentina Maria Lugones (2014) ressalta que apenas o homem europeu-burguês-colonial-moderno-cristão-heterossexual era considerado apto para decidir sobre questões relacionadas à política e sociedade, apenas ele era tido como racional. A mulher europeia branca era vista como alguém que apenas reproduzia a raça através de uma “pureza sexual” e passividade, cuidando do lar para que o homem pudesse trabalhar, de forma que não era concedido voz ativa para elas. E, considerando esse ponto

de vista em relação às mulheres brancas, colonizadoras, privilegiadas, a autora faz questão de nos lembrar de como eram tratadas as mulheres vistas como subalternas e selvagens:

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas). A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generalização dicotomizada dos/as colonizados/as. Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial. (p.938)

Contudo, ainda que o debate sobre questões de gênero seja fundamental, esse mergulho tem foco, de modo mais específico, nos efeitos da colonialidade em povos que foram subalternizados no âmbito da economia e do conhecimento, povos originários e escravizados. Os colonizadores atuavam em processos de dispensabilidade/descartabilidade dos conhecimentos desses povos, sendo esse processo nomeado como epistemicídio. Para sentir uma pitada desse processo, convido vocês a ouvirem o seguinte trecho de rap¹⁴:



¹⁴ https://www.youtube.com/watch?v=ieH3_yh6hnA

Somos filhos da mata e de cada animal
Somos o espírito de quem já morreu
Herdamos a coroa da luta ancestral
Todas as forças unidas se chamam EUS
Vivemos o genocídio, guerra contra os meus
Ensinam que somos sujos, dizem que não somos filhos de Deus
Somos o próprio Deus, pois Ele faz parte de nós
Não entendem nossas crenças e nunca escutaram nossa voz
(Ian Wapichana, 2018. Nascidos em Berços Ancestrais. Independente.)

A partir da modernidade, o “sistema mundo colonial” (Mignolo, 2017) se organiza em torno de uma perspectiva geopolítica, que se articula em conluio a um controle epistêmico e político da vida. Nesta conjuntura, a centralidade de poder está nas mãos do homem branco europeu e na sua razão e pensamento científico. Deste modo, inaugura-se o período chamado de antropoceno, ou seja, da localização do humano como central.

Haraway (2016) aponta que o marco de tal período é a destruição em massa da Natureza e seus recursos, sendo usada apenas como matéria prima para comercialização e não como forma de gerar a vida. Pressupondo uma lógica de inteligibilidade capitalística, em que tudo pode/deve ser mercantilizado, pode/deve ter um valor de troca no mercado. Ser consumido para, em seguida, inevitavelmente ser descartado. A vida, e o que potencialmente gera vida (humana ou não humana), tem que adquirir valor mercantil para existir.

Em consequência dessa racionalidade, o que era produzido nas colônias se articulava a exploração e extração até quase a escassez de certos recursos naturais que possuíam valor no mercado. Esse saqueamento dos recursos naturais vem sendo denunciado por pessoas

indígenas há tempos, com menor notoriedade acadêmica, sendo este debate aprofundado no próximo capítulo.

Organizada em torno de lógicas binárias, classificatórias e hierarquizantes, a colonialidade demarca determinados povos, no caso os europeus, como referências de superioridade, humanidade e complexidade; como sujeitos de direitos. Nesta mesma matriz colonial de poder, povos indígenas e africanos, por exemplo, são demarcados como inferiores, objetos, mercadoria, subalternos. A modernidade “justifica” o processo de invasão, escravização e genocídio a partir das demarcações de quem pode viver, de quais modos de existência são considerados válidos ou não, como podemos observar na imagem a seguir:



(Figura 2: Walter Ernest, 1913. *The Putumayo : the devil's paradise, travels in the Peruvian Amazon Region and an account of the atrocities committed upon the Indians therein*. London: University of Toronto. p.7).

Perseguições, prisões, correntes, açoites, arma de fogo, nada disso era aplicado em pessoas brancas, apenas para negros, indígenas e demais povos situados na ordem global como subalternos. Para ilustrarmos na prática os modos de gestão pautados na necropolítica, retomamos o processo de invasão do Brasil e colonização das populações indígenas que aqui habitavam.

O brasileiro Darcy Ribeiro (1970) pontua que essas populações viviam em isolamento geográfico; ou seja, não tinham contato e, como efeito, sistema imunológico desenvolvido para suportar as doenças trazidas pelo homem branco. Conseqüentemente, o início da exploração do Brasil foi marcado não só por guerras físicas na tentativa de dominação do território; outra guerra que dizimou boa parte da população nativa expressou-se também em sua dimensão biológica.

Dessa forma, não tardou para que indígenas e europeus percebessem essa arma secreta, desfavorável aos primeiros. Há relatos afirmando que os colonizadores deixavam peças de roupas contaminadas próximas a aldeias para que determinada doença se propagasse mais rapidamente e a dominação/pacificação daquela tribo ocorresse de forma mais fácil e rápida. Muitas mortes aconteceram a partir de doenças trazidas e espalhadas propositalmente pelo colonizador.

Devido ao processo de invasão, nações inteiras foram privadas de suas terras, onde plantavam e colhiam para comer, de forma saudável, de acordo com sua cultura. Além de perderem tais recursos, eram escravizados; a alimentação dessas pessoas passava então a ser extremamente pobre em nutrientes, derivadas de restos e sobras, também ínfimas em quantidades necessárias para viver. Nas aldeias, quilombos e/ou nas propriedades dos colonizadores, a alimentação era escassa, deixando essas pessoas cada vez mais fracas e debilitadas, o que implicou em diversas mortes por fome.

As terras invadidas eram, também, usadas pelas pessoas nativas para plantar, colher e confeccionar seus medicamentos e tratamentos medicinais. Logo, recursos necessários para tecedura de seus processos de cura do corpo físico não estavam mais disponíveis; sua medicina - originária, nativa e conectada com o território em que viviam - ficou impedida de uso. Assim, muitas mortes também se efetivaram por falta de subsídios para os processos de cuidado à saúde.

Sem comida adequada e medicamentos, as pessoas indígenas escravizadas tinham seus corpos degradados e deixados à mercê da própria “sorte” (leia-se morte). Então, restando apenas a espiritualidade para recorrer, não tardou para que, com apoio da igreja e orientações do reino, tais práticas fossem julgadas como crenças supersticiosas e em seguida criminalizadas. A constituição de 1890 chancelava a perseguição a terapeutas populares e criminalizava práticas de magia, espiritismo, uso de talismãs e cartomancias. Se julgado como curandeiro, uma pessoa poderia ser presa e penalizada, pois tais práticas eram consideradas charlatanismo, conforme analisa o brasileiro Flávio Edler (2010). Deste modo, a política de matabilidade se atualizava novamente, já que somente a elite europeia possuía condições financeiras de acesso à comida e aos tratamentos médicos ditos eruditos.

Diante de tantos fatos, tomamos emprestado o questionamento de Mbembe (2016, p.6-7) como reflexão: “se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?”. Em consonância com Mbembe, questiono ainda: quais narrativas foram construídas em torno desses povos para “justificar” os processos de colonização? É importante lembrar que a modernidade, como sinaliza Mignolo (2017), também se organiza em torno de uma retórica da salvação, da premissa de que os colonizadores tinham a missão de salvar as almas dos colonizados pela conversão destes ao cristianismo, o que implicou em processos violentos de catequização

(missão civilizatória) das populações indígenas e de povos não-europeus. Nesse processo de “trazer a luz cristã ao mundo obscurecido”, a cultura dos povos colonizados foi/é criminalizada: seus deuses, costumes e modos de viver vistos como pagãos, primitivos, arcaicos e bestiais.

Logo, a noção de vida na sociedade capitalista moderna, nomeada como Bem Viver, torna-se amplamente associada às dimensões do utilitarismo, do individualismo, de uma racionalidade de acumulação pautada na lógica acumulativa e exploratória. Como pontua Ailton Krenak:

Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade - que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições -, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade - alguns de nós fazemos parte dela. (...) A ideia da economia, por exemplo, essa coisa invisível, a não ser por aquele emblema de cifrão. Pode ser uma ficção afirmar que se a economia não estiver funcionando plenamente nós morremos. Nós poderíamos colocar todos os dirigentes do Banco Central em um cofre gigante e deixá-los vivendo lá, com a economia deles. Ninguém come dinheiro. (2020. p. 9-12)

Os efeitos dessa racionalidade são diversos. Em uma rápida busca e análise de notícias publicadas no primeiro ano da pandemia, a partir da associação das palavras “Bolsonaro”, “economia” e “covid”, torna-se evidente que a preocupação do governo federal

durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19 dizia respeito, sobretudo, à “economia” e não à saúde e segurança da população (Economia, 2020).

De forma mais direta ao debate em questão neste mergulho, cito um exemplo noticiado pela mídia, que será aprofundado no último capítulo: durante a “CPI da pandemia” foi entregue um dossiê que apontavam os motivos e a forma como o governo Bolsonaro praticou o crime de genocídio indígena (CPI, 2021). Apesar dos dados cabais, o documento foi ignorado, novamente validando modos de gestão que se pautam em uma matriz colonial de poder.

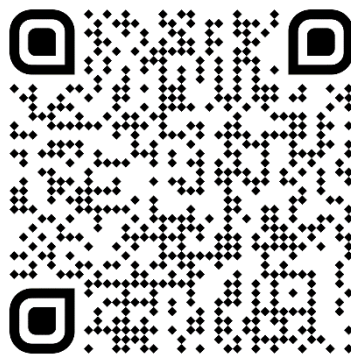
Entretanto, nas últimas décadas notam-se movimentos de resistência à ordem global capitalista de países como China, Índia e Venezuela, que vêm se opondo a racionalidade imperialista estadunidense e europeia. Nos âmbitos acadêmicos também é possível notar um movimento de giro epistemológico que sinaliza a importância de emprendermos desobediências epistêmicas e metodológicas, a partir da incorporação de debates com autores e autoras localizadas na ordem global como subalternas e, portanto, que não podem falar e que quando falam geralmente não são ouvidas.

Conforme a brasileira Luciana Ballestrin (2013), mesmo que “a teoria e a filosofia política foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte” (p.109), ainda assim fez nascer teorias contra-hegemônicas no Sul, produzindo saberes periféricos e subalternos rumo à intenção de descolonizar as teorias, o que alavanca processos de descolonização do nosso próprio saber. Ou seja, produzir em aliança aos movimentos de giro decolonial é um ato político de libertação; questionar a lógica colonial/moderna é um exercício crítico de pensar para além dos ditos “padrões” dicotômicos perguntando-se: padrões para quem? Mignolo (2016) analisa que estas resistências marcam um futuro global para a humanidade, com uma produção plural que possibilita a circulação de histórias, condições, sensibilidades

e epistemologias diferentes, ou seja, um giro decolonial que implica na valorização dos saberes locais e em mundo pluriversal.

Estes outros modos de organização social, política e epistemológica ocupam o cenário descrito neste capítulo a partir de uma posição de guerrilha, ou seja, de demarcação de um campo de lutas e resistências aos modelos hegemônicos. Não foi à toa que em todos os raps citados (e nos próximos que virão), ao final constatamos frases que simbolizam tais lutas.

No artigo “Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social” (2021), as autoras, três mulheres brasileiras Érika Oliveira, Maria Bleinroth e Yasmin Silva, como o próprio título sugere, convocam-nos a uma escrita para além do que é postulado, uma escrita do corpo, do diferente, e, por que não, monstruoso. Escrita que recusa os apertos e desconfortos de sermos enfiadas onde não cabemos, que (R)existi. Escrita que pretende incomodar o (cis)tema moderno/colonial. Provocação que Katu Mirim traz na sua letra, que, já ouvimos bem no comecinho deste mergulho. Porém, agora gostaria de direcionar a outro trecho específico, mas que desagua no que já ouvimos, pois acredito que os questionamentos dessa letra precisam se tornar mantra em nós:



O inferno está aqui, eles acham tão normal

Nossa cabeça está a prêmio e tem até comercial

Leilão das nossas terras, tem telefone ramal

E Natureza morta, alma, homem, animal

E eles não tem moral, então passe o fio dental

Tem morte coletiva pelo bem individual

Eles, acham normal esse mundo desigual

tem rosa e cemitério bem no fundo do quintal (sem moral)

Olha a batida está parando coração

O sagrado pede socorro, **já estamos em extinção**

Cadê a sua luta pela demarcação?

Você gosta da cultura, mas de nós não gosta não

(“né não?”)

(Katu Mirim, 2020. Nativa. Em *Nós*. Independente. Grifos meus)

Voltando à guerrilha (que nunca cessou), como bem nos lembra Rafael Guimarães, “a guerra funciona. E perdura. Desde o Brasil, a pandemia nos mostra: estamos em GUERRA, uma guerra contra um Estado genocida (2021, p.98)”. Assim, ele ressalta que as racionalidades do Bem Viver e Viver Bem, e suas respectivas noções de saúde, coexistem em disputas nas fronteiras que compõem o cenário global, sendo estes conflitos intensificados e acirrados desde o início da Pandemia da COVID-19. Contudo, antes de entrarmos nesse campo de batalha, precisamos nos aproximar do que é o Bem Viver, para entender os diferentes pontos da guerra. Seguimos!

3 CUIDADO COM A LAMA TÓXICA!

3.1. BEM VIVER COMO POSSIBILIDADE DE MELHOR CONDIÇÕES DE RESPIRAR.

Pare!

Respire!

Lembra?

Um

Dois

Três

Como uma dança...

Tente de novo!

Um

Dois

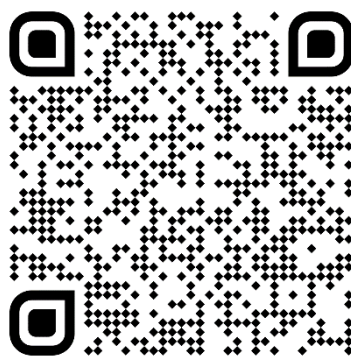
Três

Foi sufocante chegar até aqui, eu sei. Mas olhe por outro ângulo:



(Figura 3: Mapa Mundi. s.d.. s.a.)

Entre em outro ritmo agora:



Alô, mãe

Você sente minha falta?

Porque eu também sinto falta de mim

Alô, mãe

Canta que o corpo transpassa

O tempo e nos faz resistir

Deixei meu cocar no quadro

Retrato falado, escrevo: "Tá aqui"

Num apagamento histórico

Me perguntam como é que eu cheguei aqui

A verdade é que eu sempre estive

(Nos reduzem a índios, mitos, fantasias)

A verdade é que eu sempre estive

(E depois dizem que somos todos iguais)

Vou te contar uma história real:

Um a um morrendo desde os navios de Cabral

Nós temos nomes, não somos números

Nós temos nomes, não somos números

Pra me manter viva, preciso resistir

Dizem que não sou de verdade

Que eu não deveria nem estar aqui

O lugar aonde eu vivo

Me apaga e me incrimina

Me cala e me torna invisível

A arma de fogo superou a minha flecha

Minha nudez se tornou escandalização

Minha língua mantida no anonimato

Kaê na mata, Aline na urbanização

Mesmo vivendo na cidade

Nos unimos por um ideal

Na busca pelo direito

Território ancestral

(Kaê Guajajara, 2019. Território ancestral. Em *Hapohu*. Independente)¹⁵

Antes de mergulharmos, gostaria de dizer que a mais de três anos que conheço a música que abre este capítulo, e hoje, quando a ouço, eu penso em “mãe” como a Terra. Não sei se de fato é esse o contexto que Kaê Guajajara, a autora, sugere, mas assim soa para mim: para além do quanto alguns povos sentem falta de seus territórios, o quanto a Terra sente falta desses povos e de seus modos de viver, sutis e sensíveis. Além do mais, Kaê traduz tudo que apontamos até agora em sua letra: necropolítica, apagamentos sociais, desvalorização cultural... a ponto de precisar manter dois nomes: indígena e branco, pesquisadoras/es indígenas que dão voz a esse mergulho fazem o mesmo.

Achei interessante também abrir este capítulo com a imagem de um mapa mundi que convida a experimentação de outras possibilidades de perceber os territórios que compõem a Terra. Causa estranheza, não? Quem aqui já estudou com um mapa assim? Eu nunca. Através desse mapa outro, desse giro decolonial dos retratos geográficos (geopolíticos) oficiais, eu os convido a seguirmos.

Aqui, neste mergulho, que em termos coloniais pode ser chamado de capítulo, vamos entender, ainda que parcialmente, o que é o modo de vida chamado Bem Viver, algo que é novo para nós (me incluo aqui), juruá, que nasceram e constroem suas vidas e relações sociais dentro da lógica moderna/colonial do Viver Bem debatido no mergulho anterior. Já adianto que o Bem Viver é uma forma de pensar/sentir crítica em relação aos rumos que estamos tomando enquanto humanidade, escancarando os erros que insistimos em reproduzir.

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=szzDJahvUS8>

Portanto, no decorrer das próximas linhas, vocês encontrarão uma série de evidências sobre “tragédias naturais”, em aspas mesmo, pois há provas de serem crimes ambientais que demarcaram a história. Crimes necessários de serem apontados, visto que foram causados a partir da exploração e utilização da Terra como recurso, a partir da racionalidade do Viver Bem, debatido anteriormente. Ainda que seja importante destacar tais crimes, este capítulo se ocupará, sobretudo, de analisar o Bem Viver como um modo de existência que se articula em aliança com saberes indígenas, uma vez que tais crimes poderiam ter sido evitados, a despeito de outras perspectivas de vida.

E, para esse diálogo, convoco novamente pesquisadoras/es localizados na ordem global como subalternos, *mestizos*, periféricos, para ensinar-nos a partir de seus pontos de visão e modos de produzir conhecimentos e possibilidades de vida. Narby (2018) afirma que a mestiçagem é uma das mais antigas estratégias de sobrevivência e de produção de vida. Logo, é como escritora *mestiza* (Anzaldúa, 2005) que sigo nessa escrita.

E, assim como já pontuado na introdução, ressalto que o Bem Viver não se constitui como um modo de existência homogêneo, sendo constituído a partir de experiências diversas que se constroem em territórios plurais. Modos de respirar e de transitar pronunciados por pessoas e coletivos que não se dobram ao estereótipo promulgado pelo imaginário branco em relação aos indígenas que nunca saíram da floresta, ou seja, a caricatura do subalterno selvagem. Pessoas que, como sinaliza a estadunidense Patricia Hill Collins (2019), reivindicam autodeterminação a partir de seus próprios parâmetros e modos de habitar a terra.

Aqui, quando tratamos (eu e todas as vozes que articulam comigo essa escrita) sobre o Bem Viver, não estamos sugerindo a ideia utópica de voltar a ser como era nos primórdios. É preciso ter em evidência que não é possível voltar atrás, pois muitas ações que vêm sendo

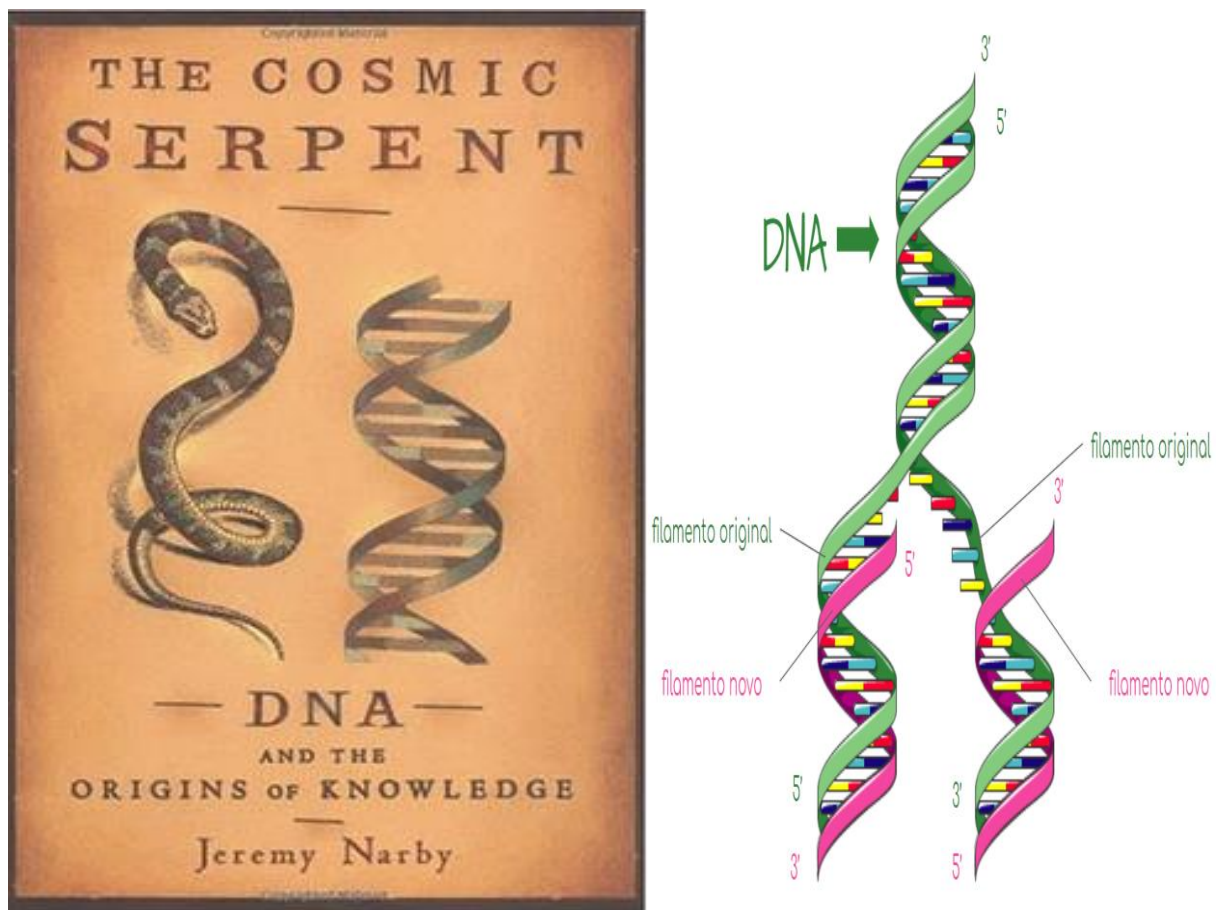
tomadas nos últimos séculos incidiram diretamente no corpo da Terra, digladiaram com o ecossistema e levaram espécies de plantas e animais à extinção.

Perdemos muito em termos de biodiversidade, que já não pode ser recuperada devido à ação extrativista sobre o planeta, sendo que inúmeras espécies que nem chegamos a conhecer já foram extintas. O trilho da estrada de ferro do trem que habitamos corta as matas, polui e atravessa rios. A pandemia da COVID-19 anuncia que chegamos a um ponto crítico, e talvez seja necessário descarrilharmos, descermos do trem, pisar nas matas, sujar os pés. Procurar novos meios de locomoção para que a Terra possa respirar.

Aliás, é importante ressaltar que durante a pandemia, enquanto não havia vacinas ou não estavam disponibilizadas à população, por estratégias pautadas na perspectiva necropolítica do governo brasileiro atual, muitas aldeias indígenas trataram-se com seus conhecimentos: a partir de fármacos naturais feitos por curandeiras/os. Tais estratégias de cuidado em saúde, as receitas, foram recebidas a partir de sonhos, por pessoas que ainda pisam descalços, sujam os pés e sentem a terra. Esse fato será mais explorado no último mergulho, esperem um pouquinho.

Bem Viver é, então, um modo de estar na Terra a partir de uma perspectiva que se organiza e fundamenta em cosmovisões. Modo de vida que diz respeito sobre o que podemos obter da terra e devolver para ela, em equilíbrio, equidade, tratando-a como uma vida. É assumir que a Natureza não está aqui para ser usada por nós, seres humanos, como uma fonte inesgotável de recursos naturais, mas sim considerar que existimos dentro desse organismo chamado Terra, que somos parte desse organismo; ela não nos pertence, nós é que a pertencemos. Portanto, devemos ouvi-la e aprender com ela, como Ailton Krenak (2020) ressalva ao afirmar que “não é você incidir sobre o corpo da Terra, mas é você estar equalizado com o corpo da Terra, viver, com inteligência, nesse organismo que também é inteligente, fazendo essa dança, que já me referi a ela como uma dança cósmica” (p. 14).

A racionalidade do Bem Viver não se articula em aliança com premissas de acúmulo de capital e distribuição/centralização de riquezas, pilares de um modo colonial de existência que no capítulo anterior foi localizado como Viver Bem. É o seu oposto, a contramão dessa lógica. O Bem Viver se refere a dançar junto com o universo, uma vez que somos a própria dança cósmica, pois esta acontece dentro de nós, nas nossas células, graças a composição do DNA e sua reprodução. É um emaranhado em dupla hélice, entrelaçados como duas serpentes, que, no seu código genético, trazem a composição única da receita de cada forma de vida (Narby, 2018), tal como podemos observar nas imagens abaixo:



(Figura 4: Jaremy Narby, 1999. The Cosmic Serpent: DNA and the Origins of Knowledge.

Tarcher.), (Figura 5: s.a.. s.d.).

É a partir desse emaranhado genético em reprodução ritmada, tal qual os passos de uma dança, que o novo é gerado, porém alicerçado no ancestral, formando, assim, a dança cósmica presente em todo o universo de modo contínuo e interconectado entre as formas de vida existentes. Essa é uma ideia bastante complexa, que nos acompanhará nos percursos desse mergulho sobre o Bem Viver. André Baniwa (2019) nos conta que a partir das buscas por entender o que quer dizer o Bem Viver, seu povo concluiu que não era uma novidade: “todas as coisas que existem foram criadas no princípio do mundo, nós é que demoramos a entendê-las, a descobri-las e a buscá-las.” (p.7)

O termo “Bem Viver” aqui apresentado se articula em consonância com autoras e autores que o traduziram seguindo critérios políticos e éticos: a partir do “*buen vivir*” no Equador, “*vivir bien*” na Bolívia, “*sumak kawsay*” em Kíchwa, “*nhandereko*” em Guaraní. Todos esses modos são maneiras muito próximas de traduzir esta lógica “nova”, que na verdade é bastante antiga, a respeito de um modo de existência que se articula em uma perspectiva não capitalística.

Alberto Acosta (2016) bem nos lembra que o modo de vida aqui chamado de Bem Viver não está restrito a territórios específicos, apenas existente nas culturas andina ou em povos amazônicos. Há notícias também na filosofia africana ubuntu, também no ecossocialismo, no candomblé, em favelas e até mesmo na carta do Papa Francisco sobre “o cuidado da casa comum”. Uma lógica que se tece em aliança com territórios e populações que organizam sua existência a partir da afirmação dos direitos da Natureza, sendo incluso ao que é chamado de Natureza todos os seres: plantas, animais, insetos, entre outras formas viventes.

Logo, o Bem Viver admite que nós, seres humanos, não somos separados da Natureza e, justamente por esse motivo, não devemos nos posicionar como seres especiais, centrais e superiores. A Natureza já estava presente antes de nossa existência, aliás, é só devido a ela

que pudemos existir como espécie e continuaremos existindo se a mantivermos viva (o que não é possível a longo prazo, dentro do modelo exploratório que fazemos circular). Apesar disso, vivemos uma era denominada como antropocêntrica, que se articula a partir da premissa de superioridade e supremacia humana, que traduz o ser humano como centro e medida de todas as coisas (Haraway, 2016).

Alguns pensadores europeus, em especial do século XVII e XVIII, como o britânico Francis Bacon (1620), afirmavam que a Natureza deveria ser domada pelo homem, sendo obrigada a servi-lo, e torturada até que todos os seus segredos fossem descobertos para serem usados a favor deste. Nesta mesma perspectiva, Federico Engels (1982), alemão, postulava que sendo o homem o único capaz de entender as leis da Natureza, garantia, assim, seu direito de explorá-la. Destaco, ainda, em diálogo com a perspectiva crítica de Haraway (2016), o fato de o homem ser localizado por esses autores como referência da humanidade, o que escancara a ordem normativa e masculinista dos gêneros na economia colonial.

Corroborar com essa lógica antropocêntrica a concepção judaico-cristã, afirmando que a terra foi criada e dada de presente ao homem¹⁶. Sendo este considerado imagem e semelhança de Deus, tudo que há nela está autorizado para ser expropriado por ele. O paraíso e toda a biodiversidade foram criados por Deus afim de que o homem pudesse nela morar:

Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra (Bíblia 2002. Gênesis, 1:26)

¹⁶ Ao homem pois, na bíblia cristã a mulher veio de uma parte da costela do homem, portanto, devendo segui-lo de forma submissa (Bíblia, 2020. Gênesis, 2:18-24).

Em vista disso, a lógica de exploração da Natureza provém também da imposição de um pensamento cristão, capitalista e racionalista, bases que pautam a perspectiva moderna do Viver Bem debatido no mergulho anterior.

Assim, em uma lógica que se distânciava da perspectiva antropocêntrica, o Bem Viver se afirma em uma cosmovisão que considera que somos apenas mais uma parte do ecossistema planetário. Deste modo, pressupõem a perspectiva de que é preciso sustentar harmonia e equilíbrio nas convivências que se bordam no dia a dia: “harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar” (Acosta, 2016. p. 15)”. Tais premissas se apresentam como um sul, e não norte, na tentativa de garantir uma vida digna e sustentável a todas as espécies, e até mesmo a própria sobrevivência da espécie humana, antes que ela acabe com todo o ecossistema (ou com o pouco que resta do muito que já fora devastado).

Práticas de devastação se articulam em diversos exemplos. É sabido que nos dias de hoje produzimos comida o suficiente para erradicar a fome do mundo, porém é mais lucrativo que essa comida seja jogada fora, pois assim se regula o mercado capitalista e sua lógica de lucratividade, sendo comum nos depararmos com notícias que corroboram esse fato. Conforme dados revelados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), 811 milhões de pessoas passam fome e, devido à pandemia da COVID-19, mais 2,3 bilhões na atualidade estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, não podem ter certeza se terão alimentos no dia seguinte.

No Brasil, os números de 2021 apontam para 19 milhões de brasileiras/os com fome e 116,8 milhões estão em insegurança alimentar (Insegurança alimentar, 2021). Imagens como a que veremos a seguir se tornaram cada vez mais comuns em cruzamentos de ruas e avenidas.



(Figura 6: reprodução/redes sociais. s.a., s.d.)

Em contrapartida, 14% da produção de alimentos a nível mundial é desperdiçada todo ano. Para que essa produção alimentícia industrial possa acontecer, os dados mostram que:

(...) a produção de alimentos alterou nosso planeta mais do que qualquer outra atividade humana. Ela é responsável por 24% das emissões de efeito estufa e 70% do uso total de água doce; é talvez a maior causa da perda da biodiversidade. A produção de alimentos também é a causa de 80% da perda global de habitat, uma tendência que está acelerando. Além da crescente demanda por mais alimentos, muitas práticas agrícolas degradam intensamente a saúde do solo ao longo do tempo, até que eventualmente ele deixa de ser produtivo. Frequentemente, os agricultores são forçados a abandonar as terras degradadas e converter novas paisagens em plantações ou pastagens. Se não revertermos essas tendências, podemos perder outros 400 milhões de hectares de habitat natural até 2050, uma área duas vezes maior do que o México. (O sistema alimentar, 2020)

Isso quer dizer que, contraditoriamente a toda essa devastação para suprir a demanda de comida, existem milhares de pessoas passando fome e outros tantos milhões de quilos de comida sendo jogados fora diariamente para regular o valor mercantil. Esse é apenas um dos exemplos possíveis a respeito de como os seres humanos incidem sobre o corpo da Terra, situando-a como uma fonte de “recursos naturais” a serem expropriados, se posicionado como seres supostamente intocáveis pelas devastações que provocam.

Ainda sobre esse cenário de devastação, destaco os problemas crescentes e decorrentes do aquecimento global: as catástrofes climáticas em detrimento do efeito estufa, as doenças causadas pela poluição e contaminação do ar, da água, da terra e, conseqüentemente, da comida que comemos. Tragédias ambientais que, dentre tantos outros exemplos possíveis, dizimam habitats naturais, ocasionando efeitos nocivos em vidas humanas e não humanas, como animal e vegetal.

Expus esses dados em relação à fome e ao desmatamento para respaldar o óbvio: estamos colapsando. O modo de vida que temos na atualidade, pautado na racionalidade colonial do Viver Bem, não está a cargo da qualidade de vida da população e sim contribuindo para o enriquecimento de poucas pessoas em um mundo marcado pelo neoliberalismo financeiro extrativista, como afirma Alexandre Bonetti (2018). É um modo de organização social, econômica e política que prega sobre uma ficção de progresso, afirmando ser possível a existência de apenas um modo único de vida, alicerçado em uma ideia distorcida de desenvolvimento que pode nos levar a própria extinção como espécie, conforme apontam Flávia Carvalhaes, Ruth Pivetta e Talita Machado (2021).

Progresso que, como vimos no mergulho que debateu sobre o Viver Bem, se pauta na premissa de que existiam sociedades primitivas e bárbaras, por isso uma certa perspectiva de civilização precisava e deveria ser desenvolvida. Essa ideia de progresso sempre esteve, e ainda permanece, atrelada ao capitalismo e ao acúmulo material. Na atualidade, criamos

inúmeras formas de medir o progresso e o desenvolvimento de cada sociedade, por exemplo: o produto interno bruto¹⁷ (PIB) para observar a macroeconomia; a renda per capita, que permite sondar a renda pessoal afim de obter uma média que possibilite julgar quão desenvolvidos são as/os indivíduos de uma sociedade através de seus salários (Em 13º entre, 2022). Em outras palavras, uma sociedade só pode ser considerada desenvolvida a partir do acúmulo de dinheiro.

O documentário-denúncia “*Nĩhũ yãgmũ yõg hãm: Essa terra é nossa!*”¹⁸ produzido por Isael Maxakali, Sueli Maxakali, Carolina Canguçu e Roberto Romero, discorre sobre a dura e agressiva realidade vivida por indígenas Maxakali residentes no Brasil. É possível observamos a guerra entre modos coloniais de existência, que possuem apoio do governo e de grandes latifundiários contra indígenas que vêm sendo encontrados mortos nas estradas. Eles pedem por demarcação, reivindicam que a terra volte a ser viva e que seja garantido o direito de habitar os territórios que sempre lhes pertenceram.

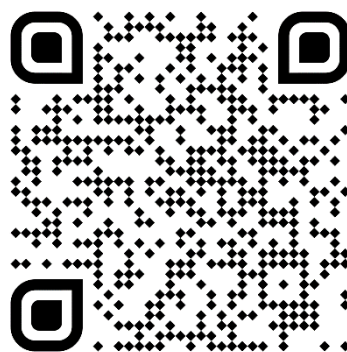
¹⁷ O cálculo representa a soma monetária de tudo que fora produzido em uma determinada região, como cidades, estados ou países, durante um período específico que pode ser mensal, anual, e assim por diante. Para que dessa forma possa se quantificar a atividade econômica, ou seja, a produção material de determinado lugar. Isso quer dizer que países com maiores números são mais desenvolvidos. No ano de 2022, o primeiro lugar é dos EUA, e o Brasil encontra-se na posição mais baixa que já esteve desde 2003: no 13º lugar (Em 13º entre, 2022).

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=Z0eLBQac9Vg&t=2234s>



(Figura 7: Maxakali, Sueli Maxakali, Carolina Canguçu e Roberto Romero, 2021. Nũhũ yãgmũ yŏg hãm: Essa terra é nossa! 37:11)

Deixo como oferenda o QR *Code* do documentário para quem se interessar por assistir o documentário na integra:



A partir da ideia de progresso edificado em moldes coloniais é comum a descrença de que pessoas indígenas possam ter desenvolvido saberes válidos e que não estão pautados no acaso. Este processo de subalternização de saberes fica evidente, por exemplo, em

embates entre médicos descrentes dos conhecimentos e concepções indígenas a respeito de doença e tratamentos de saúde, como explicitado no capítulo anterior.

Entretanto, esse evidente processo de colonialidade de saber, que hierarquiza e deslegitima saberes, são constantemente tensionados por povos indígenas que reivindicam sua plena existência e humanidade. Destaco, como exemplo, a criação em Manaus do *Bahserikowi* – Centro de Medicina Indígena da Amazônia, que se articulou, inicialmente, em meio às lutas pela garantia da vida de uma criança indígena Kumuã. Centro que tive a oportunidade de conhecer quando estava em uma visita pessoal à cidade; além de muito bem recebida, pude conversar informalmente com os fundadores e receber um benzimento. Respiros profundos e inspiradores que o processo de pesquisa no mestrado me proporcionou. João Barreto (2017), indígena brasileiro Tukano, conta que sua sobrinha foi picada por uma cobra e encaminhada ao hospital, porém as estratégias de tratamento impostas na racionalidade da medicina ocidental branca viam como solução amputar o pé da criança para manter sua vida. Seus parentes não concordavam com essa abordagem médica e desejavam um tratamento integrado: medicina branca e indígena trabalhando juntas. Os médicos do hospital não concordaram, então, após brigas judiciais, a menina foi transferida a outro hospital e seus parentes Kumuã ganharam o direito de tratá-la com suas ervas e remédios, chamados de bahsese, juntamente com os tratamentos médicos sugeridos.

Sobre as disputas em questão, João Paulo Tukano, que é conhecido em territórios acadêmicos como João Barreto (2017), analisa que a base dos conflitos ontológico entre os parentes da criança e os médicos do hospital estavam alicerçadas no desconhecimento e desvalidação de saberes indígenas. Com isso, os médicos, em conluio com processos de “controle epistêmicos” (Grosfoguel, 2016), faziam circular um “imaginário sobre pajelança e não sei o que mais, achavam que os Kumuã entrariam no hospital adornados de cocares,

com colares de dentes de onças, pintados, cantando e dançando sob som de tambores e maracás (p. 601)”.

O tratamento proposto por meio do *bahsese* garantiu que a criança não tivesse seu pé amputado, conforme explica João Tukano (2017):

as concepções indígenas de doença e saúde não se restringem ao aspecto biológico. Esse é o ponto. Antes o contrário, envolvem aspectos cosmopolíticos que condicionam a prática da boa saúde. Sai, assim, do entendimento restrito de algo biológico e conecta o indivíduo numa teia de relações com outros seres, com os waimahsã, com os animais, os especialistas, com seus parentes e outras pessoas. (pp. 600-601).

Em uma extensa pesquisa prática, Jeremy Narby (2018) comprova que não há lugar para o acaso dentro da medicina indígena. Por exemplo, existem técnicas de preparações medicinais, em povos de diferentes regiões, que além de combinar diversas plantas, o cozimento acontece por mais de 72 horas, soltando gases tóxicos que devem ser evitados até que se forme uma pasta concentrada que é utilizada por via subcutânea. Como poderia tantos passos para o preparo de uma substância ser descoberto apenas por obra do acaso? As explicações das mais variadas tribos são sempre pautadas em origens místicas, envolvendo Deuses¹⁹, plantas e animais que geralmente se comunicam com pessoas específicas, como xamãs e curandeiros/as. Para o pensamento branco, tais explicações soavam (e ainda soam) como absurdos: como poderiam Deuses se comunicarem com seres humanos? Plantas? Animais?

Contudo, vemos na bíblia cristã diversos momentos em que Deus e animais falam com os homens, já nas primeiras páginas, onde refere-se a criação do mundo:

¹⁹ Optei por usar Deuses em maiúsculo em respeito as diversas crenças, seguindo a lógica que nos ensina a se referenciar Deus deste modo.

A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos que o Senhor Deus tinha formado. Ela disse à mulher: “é verdade que Deus vos proibiu de comer do fruto de toda árvore do jardim?”. A mulher respondeu-lhe: “podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: vós não comereis dele, nem o tocareis, para que não morrais.”. “Oh, não! – tornou a serpente – vós não morrereis! Mas Deus bem sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão, e sereis como deuses, conhecedores do bem e do mal. (Bíblia, 2002. Gênesis, 3:1-5).

Nessa passagem, retirada da bíblia cristã, podemos observar Deus e um animal, a serpente, se comunicando com humanos. Adiante, ocorre a expulsão de Eva e Adão do paraíso após comerem o fruto do conhecimento, que era considerado proibido. Ora, um fruto só pode, de fato, vir de uma planta. Quantas árvores do conhecimento devem existir? Será que essa ou essas árvores não vêm revelando conhecimentos aos mais diversos povos também? Por que seriam só os cristãos brancos “escolhidos” para ter acesso a esse conhecimento revelado? O que faz com que Deuses de povos “pagãos” se comuniquem com eles revelando conhecimentos e o Deus cristão não o possa fazer com sua própria criação?

Não são nas próximas linhas que estarão as respostas dessas provocações, inclusive, eu não tenho a pretensão de respondê-las, nem ao menos acho possível. Aliás, espero não ter ofendido a alguma/algum leitora/leitor cristão, apenas quis provocar o desconforto de ter sua crença questionada, afinal, é isso que tem sido destinado aos povos originários, e outros tantos povos situados como subalternos, mestizos, na ordem global. Também não tenho a intenção de perseguir e “crucificar” as crenças cristãs, acredito firmemente que cada pessoa é absolutamente livre para ter, ou não, a religião e/ou espiritualidade que desejar.

Contudo, existe um ponto em comum em todas as mais divergentes crenças: a Natureza, mesmo sendo ela dada ao homem ou mãe dos seres humanos, ela precisa existir

simultaneamente a nós. E, retomando a ideia distorcida de progresso discutida em parágrafos anteriores, afirmo que temos privatizado e comercializado a Natureza, provocando catástrofes ambientais irreversíveis. Passando brevemente pelos crimes ambientais ocorridos a partir do ano de 2000 no Brasil, escolhi citar duas grandes empresas com maiores índices de crimes e acusações.

Destaco, inicialmente, a empresa Petrobras, que é condenada como responsável por diversos crimes ambientais relacionados a vazamentos de óleos que provocaram devastações marítimas - matando peixes, algas, pássaros e outras formas de vida, bem como causando inúmeros problemas de saúde a pessoas que entraram em contato com a água contaminada, e prejudicando a economia de pessoas que tinham seu sustento atrelado a esses habitats. Aponto, como exemplo, o naufrágio da plataforma P-36 na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, em 2001, causando 11 mortes e dissipando 1.500 toneladas de óleo em alto mar. Também o vazamento de 4 milhões de litros de petróleo nos Rios Barigui e Iguaçu, Paraná, matando uma pessoa no ano de 2000. No mesmo ano, ocorreu também a o vazamento de 1,3 milhões de combustível na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (5 casos famosos, 2021). As famílias das pessoas mortas foram indenizadas, mas e quanto aos animais e plantas?

Outra empresa que foi condenada por diversos crimes ambientais, em eufemismos midiáticos chamados de catástrofe, contém uma série de processos e denúncias a respeito de atividades criminosas e violações de direitos ambientais e humanos em diversos lugares onde exerce suas atividades. A terceira maior indústria de mineração no mundo, a Vale S.A., foi responsável por dois crimes sequenciais nos últimos anos, ambos ocorridos no estado de Minas Gerais: na cidade de Mariana no ano de 2015, matando dezenove pessoas e despejando 62 milhões em metros cúbicos de lama tóxica na região (no rio e no solo) e encobrendo por completo a cidade Bento Rodrigues. Três anos depois, em 2019 em Brumadinho, também causou a morte de 259 pessoas com o despejo de 12 milhões de metros

cúbicos de lama tóxica, poluindo novamente espaços que ainda nem haviam sido recuperados da catástrofe anterior (Histórico de violações, 2019). As fotos do crime são dolorosas, bem como todos os seus desdobramentos.



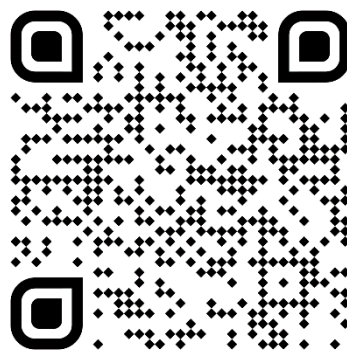
(Figura 8: Mauro Pimentel, 2019. Brumadinho, Minas Gerais)

Ainda sobre o crime da Vale, que atingiu o Rio Doce, Ailton Krenak, voz indígena de grande referência neste mergulho, explica que os indígenas da etnia Krenak chamam o rio de Watu, referindo-se a ele como um avô. Os/as Krenak conversam com o rio tal qual um parente, pedindo comida, saúde, ritualizam suas crianças recém-nascidas nas águas dele, de forma a protegê-las. “O Watu é uma transcendência do sentido físico material de um rio para uma entidade que é nosso parente. Nós o chamamos de avô. Então, nós conversamos com Watu como você conversa com algum familiar seu, com sua avó, com seu avô, com seu irmão (Ailton Krenak, 2020. 2:02).”

Para eles, o rio não era apenas um rio a ser explorado, era um parente muito querido, que agora está em coma e precisa ter seu corpo cuidado, precisa que as atividades mineradoras sessem de suas margens para sua recuperação. A tragédia da lama tóxica obrigou por volta de 600 mil pessoas, entre Krenaks e ribeirinhos, a se adaptarem e viverem a partir da ecologia do desastre . Ailton Krenak pontua que:

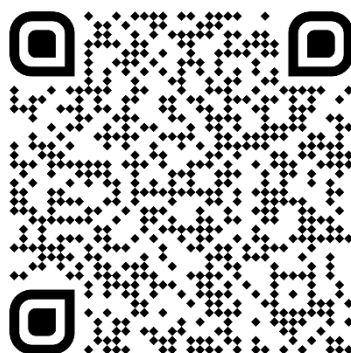
Essa reciprocidade das pessoas do povo Borum, que são os Krenak, com o rio que é Watu, com o território onde nós vivemos, com a montanha, ela não é uma analogia sobre seres vivos e humanos. É uma cosmogonia, é o jeito que esse povo pensa que é o mundo. Não é só o rio Doce, é assim que nós pensamos que é o mundo. Com a dissociação da ideia de que o mundo é uma coisa e nós, os humanos, somos outra, nasceu essa abstração que chamam de meio ambiente. Meio ambiente é uma invenção da cabeça das pessoas que não conseguem viver a experiência de conversar com o rio, com a montanha, de se sentir afiliado ao território onde vive. Então essas pessoas sem cultura, sem identidade, precisam imaginar uma ciência ambiental para dar conta do estrago que eles estão fazendo na Terra, na vida. (2020. 02:00)

Entrevista que, como todas as outras citadas, vale ser vista na íntegra²⁰:



²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=QxTrrAOPoLk&t=3s>

Na mesma entrevista, Ailton Krenak ressalta que a indenização financeira estipulada como multa é fruto da incapacidade de se confrontar a realidade ecológica da destruição dos últimos cem anos de exploração, não apenas dessas últimas catástrofes. Pagar com dinheiro, vulgo indenizações, para Krenak, é a forma mais prática e rápida para que esses crimes caiam no esquecimento. Kaê Guajajara corrobora com tais denúncias, expondo em sua letra²¹ o seguinte trecho:



O exército sabe onde está o garimpo

Tem satélite e o governo não quer combater

Eles têm apoio de quem compra ouro

Empresários e garimpeiros são um só nesse auê

Ancestralidade não se paga com moeda

Não mamamos nas suas tetas e adentro

Tomaram o Brasil e mediam

Alimentos para os seus filhos

Um massacre silencioso

Esse você não vai ver lá na sua TV

Eu posso até sobreviver

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=Il6ynSvB1DU>

Mas sobreviver não é vida

(Kaê Guajajara, 2019. Espelho, espelho meu. Em *Hapohu*. Independente. Grifos meus)

É fato: há poucas notícias nos programas jornalísticos hegemônicos sobre os desdobramentos desses crimes ambientais na vida de comunidades e no ambiente a volta. Essa evidente invisibilização atualiza no contemporâneo as velhas novas estratégias necropolíticas articuladas e sustentadas nos processos de colonialidade do poder. Todos sabem onde está o garimpo, o governo só não deseja combater; basta vermos o mais recente caso que aconteceu no Brasil: após denunciar o estupro seguido de morte de uma menina de 12 anos, por garimpeiros ilegais que invadiram reservas indígenas, 25 Yanomamis desapareceram por dias, até serem encontrados (O que se sabe, 2022), sendo que esse crime teve repercussão mínima nos meios midiáticos. Eles sobreviveram, com suas casas queimadas, mudando uma aldeia toda para outro território. Sobreviver é viver?

O xamã brasileiro Yanomami Davi Kopenawa (2015) faz questão de nos lembrar que o céu cairá sobre nossas cabeças caso essa ideia desenfreada de desenvolvimento e progresso associada ao desmatamento e exploração continue:

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar

morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (p.6)

É preciso reconhecer a Natureza como um sujeito que possui direitos, respaldar e certificar-se de que tais direitos serão cumpridos, e reconhecer que ela vem sendo agredida e precisa de proteção jurídica, tal como um ser humano. Se vista somente como recurso para exploração, não há outro caminho senão seu fim, e como já estamos percebendo em termos práticos no cotidiano, o fim da Natureza é, logicamente, o fim da humanidade. Não para nós, que vivemos o tempo atual, mas quem sabe para futuras gerações descendentes.

Estudos mostram que durante a pandemia da COVID-19 40% da humanidade não tinha, por exemplo, água como recurso disponível para lavar as mãos e impedir a propagação do vírus (Não lavar as mãos, 2020). Estamos falando de água, um recurso natural, sem levar em consideração as precárias condições econômicas de grande parte da humanidade que não conseguem comprar sabonete e álcool em gel. E nem ao menos entramos no mérito de outros recursos naturais que estão ameaçados; me falta ar para tanto. Por isso, é tão importante pensar na Natureza como parte integrada de cada um de nós.

Quando se fala em direitos da Natureza, é imprescindível pontuar que dois países latino-americanos foram precursores, até mesmo em relação a países colonizadores ditos desenvolvidos ecologicamente, sobre constitucionalizar a Natureza como indivíduo: o Equador e a Bolívia, como aponta o brasileiro Leonardo Boff (2020). O pesquisador cita que o presidente deposto boliviano indígena aymara Evo Morales pressupõe, em seu pronunciamento na ONU em 22 de abril de 2009, que constituem parte dos direitos da terra a regeneração de sua biocapacidade; a vida e de todos os seres vivos, especialmente as/os ameaçados de extinção; a vida livre de contaminações das diversas ordens; ao Bem Viver, a harmonia e equilíbrio; e que nós temos direito a conexão com a Mãe Terra e o todo que

pertencemos. Em aliança aos direitos anunciados por Morales, Boff (2020, p.7) ainda situa dois trechos da constituição boliviana:

O artigo 33º prescreve: “as pessoas têm o direito a um meio ambiente saudável, protegido e equilibrado. O exercício deste direito deve permitir aos indivíduos e às coletividades das presentes e futuras gerações, incluídos outros seres vivos, a desenvolverem-se de maneira normal e permanente”.

O artigo 34º dispõe: “qualquer pessoa, a título individual o em representação de uma coletividade, está facultada a exercer ações legais em defesa do meio ambiente”

Mais à frente, no mesmo artigo, Boff (2020) cita também o artigo 79º do capítulo VII da constituição equatoriana, que ao localizar a Natureza como Pachamama reconhece que é a partir dela que a vida existe e se perpetua. Entende-se, portanto, que a Natureza deve ter seu direito de existência respeitado, cuidando e regenerando seus ciclos vitais e processos evolutivos. O artigo assinala que desde uma pessoa, a povos ou nacionalidades, devem exigir, estimulados pelo Estado e suas respectivas autoridades públicas, o cumprimento dos direitos da Natureza. Com isso, é assegurado o direito à existência, integridade e regeneração, quando necessário, para Pachamama.

No Brasil, no debate sobre os direitos da Natureza, destaco também a “Carta da Terra” em 2000, que, inspirada num movimento global, indica dezesseis princípios para construir um mundo mais justo e sustentável. Citarei os princípios de forma breve, pois acredito serem suficientemente autoexplicativos em seus enunciados para somar neste capítulo mergulho. Destaco, ainda, que estes princípios são amplamente explicados na carta e sugiro a leitura por aqueles que, de fato, desejam refletir “ideias para adiar o fim do mundo” (Krenak, 2019). Penso que tais princípios apontam pistas e direções que podemos seguir

enquanto humanidade de forma prática, a fim de minimizar as marcas da devastação deixadas pelo modelo distorcidos de progresso que estamos inseridos na contemporaneidade.

Os princípios: 1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade; 2. Cuidar da comunidade e da vida com compreensão, compaixão e amor; 3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; 4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações; 5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida; 6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução; 7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário; 8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido; 9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental; 10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável; 11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas; 12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias; 13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça; 14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável; 15.

Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração; 16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz (Carta, 2000).

Após 22 anos de publicação da Carta a Terra, os dezesseis princípios continuam sendo atuais e necessários. A Terra é mãe e casa de todos nós, de todos os seres, portanto, devemos assumir posturas respeitadas para com ela, tal qual fazemos nas nossas residências físicas e simbólicas. Não é possível retornar ao modelo originário, em que indígenas andavam pelados e brancos com perucas. É preciso traçar outros caminhos. Para sair do teorismo abstrato, Alberto Acosta (2016) propõem possíveis vias de ação para a prática do Bem Viver:

O fundamento são as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes. O Bem Viver também se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo (p.p. 15-16).

O autor sugere uma educação intercultural, de forma que todas/os possam ter acesso a diferentes culturas, afirmando perspectivas de vida que se articulem de modo pluriversal. Propõe também a inclusão e incorporação de códigos culturais indígenas no cotidiano, de forma que o Estado abandone suas estruturas de gestão monocentradas em lógicas eurocêntricas e no esquema antropocêntrico de organização produtiva. Que repensemos a democracia em outros termos e, especialmente, que inclua os direitos da Natureza como essência para a proposta do Bem Viver.

Uma dolorida síntese do que foi exposto nesse capítulo se encontra nas palavras de Valéria Jacinto, da etnia Guarani Nhandeva (2020):

Dizem que não trabalhamos, que não plantamos.

Dizem que não produzimos nada.

Dizem que temos muita terra

Dizem que recebemos salário da FUNAI, e que é uma grana “preta”.

Dizem que não contribuimos com a economia do país.

Dizem que não contribuimos com a evolução e o desenvolvimento da sociedade.

Dizem que somos canibais.

Dizem que somos preguiçosas, vagabundos e alcoólatras.

Dizem que só andamos de “caminhoneta”.

Dizem que temos regalias e queremos demais.

Dizem que ao usar roupas, celulares, ter carro, deixamos de ser indígena.

Essas são algumas das mentiras que contam para a sociedade.

Muitos acreditam, e pior, sabem que é mentira, mas continuam disseminando esse discurso de ódio e preconceito, simplesmente por pura maldade.

Prejudicando a imagem de um povo que sofreu e ainda sofre a perda de seus territórios.

Em nome do progresso fomos expulsos de nossas terras.

Invadiram nossas casas.

Queimaram nossas florestas.

Nos proibiram de falarmos a nossa língua.

Tentaram nos escravizar.

Assinaram nossos pais e nossas crianças e nossas mulheres (fazem isso até hoje).

Perseguem nossas lideranças.

Corromperam alguns de nossos irmãos.

Disseram que não éramos humanos.

Dizem que não somos brasileiros, levando nossos jovens a lançar mão do suicídio para aliviar a opressão e desesperança,

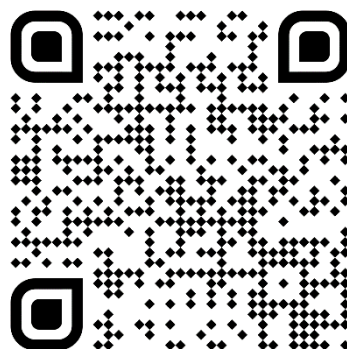
Wypory [homem branco] estão doentes de poder e ódio, falta-lhes humanidade. São soberbos e arrogantes e se acham superiores a outros povos. São movidos pelo acúmulo de riqueza e poder... (p. 78, 79)

E, com essa reflexão, encerro essa parada. A seguir, mergulharei mais profundamente no contexto da pandemia da COVID-19 que se desenha no Brasil desde o primeiro caso notificado em março de 2020. A análise percorrerá pronunciamentos de representantes indígenas sobre saúde e vida que circularam em mídias sociais, como site e redes sociais oficiais de articulações indígenas, bem como vídeos, textos e entrevistas publicadas.

4 EM TEMPOS DE VÍRUS NO AR, RESPIRAR EMBAIXO D'ÁGUA TALVEZ SEJA A SALVAÇÃO...

4.1. COVID-19, O ELEMENTO SURPRESA NA GUERRA DA NECROPOLITICA BRASILEIRA

Nós estamos em guerra. Eu não sei por que você está me olhando com essa cara tão simpática. Estamos em guerra. O seu mundo e o meu mundo estão em guerra, os nossos mundos estão todos em guerra. A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é para a gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum, é guerra em todos os lugares o tempo todo. (KRENAK, 2019)²²



A citação acima se refere a uma fala de Ailton Krenak pronunciada em 2019. Embora o vírus da COVID-19 ainda não existisse em nosso mundo, a guerra já existia, nunca cessou, como já foi pontuado nos mergulhos anteriores. Essa guerra histórica vem enfrentando uma nova batalha, marcada pela emergência e disseminação do coronavírus que já dizimou 6,58 milhões vidas no mundo (Daily News, 2022) e 687,907 mil mortes no Brasil (Covid.gov, 2022).

²² <https://www.youtube.com/watch?v=hM0lD91hBn0>

Durante a pandemia da COVID-19, Kaê Guajajara e Kandu Puri lançaram um rap²³ denuncia, o qual tomei a liberdade de grifar o que já discutimos em mergulhos até chegarmos aqui:

Não foi só a bala que matou meu povo não

Tanta epidemia amontoou mais de uma nação

Um rio de sangue na água cristalina

Até o contato com suas roupas me assassina

Andando na minha miséria

Na mente lapsos de uma velha floresta

To tipo uma onça rugindo da cela

Indígena gritando na favela

Vendo culturas inteiras sumindo

A epidemia vem matando

O maior grupo de risco há mais de 500 anos

Eu tentei, me isolei

E sempre ficam nessa de querer fazer contato

Nume'e kwaw hehe, a'e rupi nuexak kwaw ima'eahy haw

(Ele não viu ele, por isso não viu sua doença)

Nuvem de doença que contagia

Causando falência múltipla de órgãos

Eu tava na mata vem e me mata

Numa falência múltipla de povos

Vi um parente indo se lavar

Num grande rio de lama tóxica

Prevenir ou se contaminar

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=3NmY2F61GY8&t=98s>

Isso é uma guerra biológica

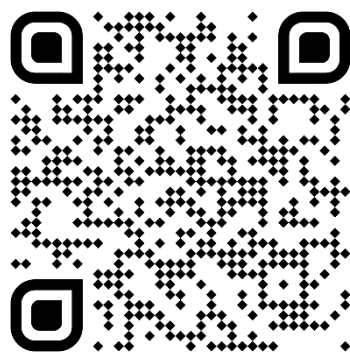
E tu que nunca foi de banho

Tá aprendendo a lavar a mão

Vai, compra tudo de álcool em gel

Olha pra tua poluição

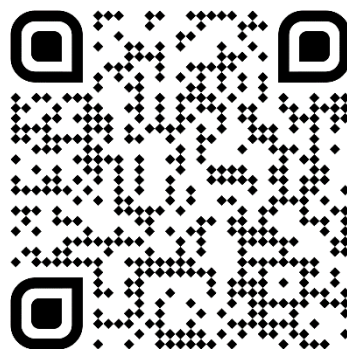
(Kaê Guajajara, Kandu Puri, 2020. Independente. Grifos meus)



E aí, está preparada/o para adentrar comigo nas pútridas águas pandêmicas? Se a resposta for sim, lhe convido a continuar, mas caso seja negativa, respire, tome um fôlego. Eu mesma me questiono (e não sei a resposta) se estou pronta para esse mergulho... Então, gostaria de começar trazendo o vídeo em que Davi Kopenawa alerta sobre os riscos que estamos assumindo, e peço para que assistam o vídeo que segue, pois as imagens são tocantes:

Ei, olha para mim! Estamos vendo vocês, nós tentamos te mostrar, mas vocês nunca aprenderam nossa língua. Vocês só olham para baixo. Estamos avisando vocês desde o começo: **ESSA TERRA É VIVA! ESSA TERRA NUNCA TERÁ DONO!** Porque nós somos a terra, todos nós. Mas vocês queriam as pedras, o ouro, suas mercadorias, títulos, bandeiras, lucros. Vocês chamam isso de progresso. Tentamos te ensinar, mas vocês são gananciosos demais, primitivos demais, selvagens demais para entender. Agora vocês

trazem outra doença para os Yanomami, e de novo estamos morrendo por causa disso. E as terras indígenas virando cinzas e lama. Cinco séculos e vocês nunca enxergaram o que estamos mantendo no lugar: o próprio céu. Suas cidades já podem ver, suas colheitas já podem ver, seus filhos já podem ver, dá pra ver nos seus pulmões. Ei, respira fundo, abra seus olhos e olha para cima, você consegue ver? ²⁴



Tendo o alerta de Kopewana em evidência, parto da perspectiva de que a pandemia da COVID-19 escancarou sistemas de opressão que, historicamente, organizam as relações societárias na perspectiva da colonialidade do poder (Quijano, 2002). Evidenciou, por exemplo, que pessoas que têm recursos financeiros compraram saúde: tendo as ruas limpas e lixos retirados por profissionais que, no mínimo, são imprescindíveis para o funcionamento da vida em sociedade, e que não pararam. Essas mesmas pessoas também receberam suporte de outras/os profissionais que trabalhavam em mercados, farmácias, hospitais e outros serviços essenciais, possibilitando o “ficar em casa” para alguns, que no auge da pandemia garantiu saúde ou, ao menos, maior probabilidade de se manter vivo. Comprou saúde também quem teve condições de pagar por água, sabão, álcool em gel e máscaras, uma vez

²⁴ https://www.youtube.com/watch?v=0qa3yDX__94

que esses itens nunca foram disponibilizados de forma igualitária ou gratuita a toda a população.

Tais evidências sinalizam dinâmicas de como a necropolítica, perspectiva governamental apresentada nos mergulhos anteriores e cunhada por Achille Mbembe, se materializou no Brasil no contexto da emergência e disseminação do coronavírus. O autor indaga quem tem o direito universal a respiração na pandemia da COVID-19 e questiona: “até onde irá a propagação de bactérias de animais silvestres em direção aos humanos se, a cada vinte anos, quase 100 milhões de hectares de florestas tropical (os pulmões da terra) forem cortados?” (2022). Aliás, existem pessoas que têm suas existências dependentes desses lugares, e são expulsas, descartadas, bem como todo bioma envolvido.

Mbembe (2020) argumenta ainda que a lógica colonial e extrativista impõe uma divisão ontológica na humanidade, que se atualiza e evidencia nas dinâmicas de infecção do vírus entre aqueles considerados sujeitos de direitos (e com o direito à saúde supostamente garantido) e aqueles demarcados como mercadorias, com vidas precárias, como a Natureza, os povos originários, entre outras/os demarcados na ordem global como subalternas/os. Na “carta aberta contra a exclusão de indígenas do plano prioritário de imunização da COVID-19” (Carta, 2021) consta que em 2020 o Ministério da Saúde apresentou o plano de vacinação para a pandemia da COVID-19, contudo o governo federal e muitos governos estaduais excluíram partes significativas da população indígena do grupo prioritário de vacinação, afirmando que apenas indígenas “aldeados” fossem vacinados com prioridade. O número apresentado pelo governo federal é de 410.348 indígenas, porém o Censo de 2010 apontava 896 mil indígenas no país, ou seja, mais da metade dessa população foi excluída. Aliás, o termo “aldeado” vem da ditadura militar e parte de uma perspectiva integracionista à sociedade. A carta afirma que:

É importante ressaltar que essa exclusão reitera todo o racismo e as dificuldades que os povos indígenas em terra não demarcadas e/ou em contexto de cidades enfrentam cotidianamente pela ausência de políticas públicas, agravada pela falta de assistência desde o início da pandemia da COVID-19. A exigência de que a terra precisa ser demarcada para o indígena ser vacinado explicita a urgente necessidade da demarcação das terras dos povos indígenas.

Desde a invasão da nossa mãe terra, sofremos pela retirada de nossos direitos, e a vacina é mais um dos nossos direitos que está sendo negado sob o argumento de não sermos aldeados em terras demarcadas.

O governo é quem decide quem deve viver e quem deve morrer? Nós povos indígenas estamos sendo sistematicamente exterminados pela política de invisibilização, negação e retirada de nossos direitos. (Carta, 2021).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) precisou fazer denúncias à ONU, durante a 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, referentes ao descaso e omissão do governo brasileiro no combate à pandemia entre os povos indígenas. E, mesmo diante de tantos fatos, o atual desgoverno Bolsonaro mentiu diante da ONU que 80% da população indígena já havia sido vacinada. Enquanto isso, diversos povos organizavam suas próprias barreiras sanitárias e desenvolviam práticas próprias de cuidado com as pessoas contaminadas, sem receberem atenção médica culturalmente adequada (Governo brasileiro, 2021).

Embora os povos subalternos sejam, de fato, alvos privilegiados da governamentalidade necropolítica, é evidente que políticas de morte interferem em toda a população mundial, afinal, como já afirmamos: a Terra é viva e está interligada a tudo que existe. Mbembe pontua que:

Nessas condições, uma coisa é se preocupar, a distância, com a morte de outrem. Outra é tomar consciência, repentinamente, da própria putrecibilidade, e ter de viver na vizinhança da própria morte, a contemplá-la como uma possibilidade real. (...)

Na realidade, nunca aprendemos a viver com os vivos, a nos importar verdadeiramente com os danos causados pelo homem nos pulmões da Terra e em seu organismo. Portanto, jamais aprendemos a morrer. Com o advento do Novo Mundo e, alguns séculos depois, o surgimento das “raças industrializadas”, optamos, essencialmente, por uma espécie de vicariato ontológico: delegar nossa morte a outros e fazer da existência um grande banquete sacrificial. (2020)

A citação evidencia que a divisão colonial, que instaura uma ficção política entre humanos superiores e não humanos inferiores, articula posições de privilégio e de descartabilidade na vida em sociedade; vidas precárias, que por não ganhar estatuto de humanidade, estão imersas em contextos e condições de extrema precarização e matabilidade.

A foto a seguir repercutiu em várias mídias pelo mundo, mostra um homem usando uma sacola plástica como máscara para, de alguma forma, tentar se proteger do vírus. A síntese perfeita dos privilégios que o dinheiro pode comprar:



(Figura 9: Foto: Themba Hadebe, 2020. South Africa)

Podemos articular, ainda, uma análise localizada e olhar apenas para nosso país: durante a pandemia da COVID-19, 21 brasileiros entraram para o ranking dos bilionários na lista forbes no ano de 2021. A lista já continha 45 outros nomes bilionários também brasileiros, somando então um total de 67 pessoas (Quem, 2021). Enquanto isso, a maior parte da população brasileira vem sofrendo as consequências do posicionamento sanitário escolhido pelo atual governo. Já ultrapassamos a marca de 685 mil mortos, lideramos em vários momentos a o ranking mundial de país com mais mortes diárias por COVID-19, e estamos no topo das estatísticas sobre contaminação (Covid.gov, 2022). No processo de enfrentamento da pandemia no Brasil, o governo genocida de Bolsonaro recusou 11 ofertas, registradas oficialmente de compra de vacina, fazendo necessário dar-se início a uma CPI para investigar o motivo de tantas recusas. CPI que, diga-se de passagem, ainda não gerou grandes resultados.

Nessa conjuntura, e considerando a importância da memória como estratégia de luta, como afirmam a venezuelana Marisela Montenegro Martínez e a chilena Catalina Álvarez

Martínez-Conde (2020), pontuo que a primeira morte por COVID-19 no Brasil foi de Rosana Urbano: 57 anos, faxineira de uma família de classe abastada em São Paulo. Ela foi contaminada com o vírus através dessa família, que havia retornado de uma viagem para o exterior.

No ano de 2021, os números apontam que as internações por COVID-19 eram iguais entre pessoas brancas e pretas, porém a porcentagem de morte do último grupo era 40% maior. Ao passo que entre pessoas sem escolaridade, as mortes chegaram ao número de 71,3%, enquanto pessoas com nível superior apenas 22,5% (OXFAN, 2021). A morte da população indígena é 150% maior quando situada nas estatísticas da população brasileira, e a assistência médica e social ainda mais escassa. E, como dito na introdução, ironicamente, embora óbvio, um médico branco contaminou a primeira pessoa indígena com o vírus da COVID-19 no Brasil.

Vale ressaltar que não é o vírus em si, na sua própria estrutura e potência interna de destruição, que produz esse contexto caótico, mas os modelos socioeconômicos e políticos nos quais estamos inseridos, tendo em vista que os efeitos do vírus são circunscritos pelos contextos em que ele se difunde. Visto que em países onde os governantes se preocuparam em estabelecer medidas sanitárias para conter o vírus, e não colocaram a economia em primeiro lugar, o número de mortos foi, felizmente, muito baixo (Cinco países, 2021). Assim, a crise atualizada na pandemia nos mostra que, como raça humana, temos falhado. Falhado em nossas prioridades, falhado em produzir relações de respeito com a Natureza, com outros animais, com a diferença. “Vírus global, vírus itinerante, vírus voraz que fragiliza demarcações normativas, que desloca fronteiras, que invade territórios subjetivos e objetivos”. (Carvalhoes, Pivetta & Machado, 2021. p. 363).

A pandemia foi arma secreta no campo de batalha que evidenciam modos de existência coloniais e suas respectivas noções biomédicas de saúde. A colonialidade e a

necropolítica coexistem em disputas com perspectivas de vida e saúde indígenas. Ouvi em algum lugar, o qual não me recordo, a seguinte frase: “a palavra indígena está muito próxima da palavra indigente no nosso dicionário”. Seria apenas lá? Existem regimes de enunciação que, historicamente, insistem em circunscrever saberes e modos de vida indígenas como inferiores. Além do que já foi exposto como evidência, destaco a pontuação de Alexandro Nhadewa:

A visão colonizadora sobre os povos indígenas, por incrível que pareça, não foi superada, ou os não indígenas não reconheceram que os povos indígenas também têm o direito de mudar. Mudar não no sentido de deixar seu arcabouço cultural, mas de agregar e resignificar muitas das coisas do não indígena e dar sentido a elas dentro da nossa cultura.

Falar que é indígena é ser questionado de por que você está aqui. E se temos o direito de estar aqui no meio da dita sociedade civilizada. Mas não é essa nossa sociedade que diz que os indígenas precisam evoluir?

Nesse sentido, me vem uma reflexão e uma pergunta. Quando estamos nas comunidades somos indígenas, com a cultura bonita, mas quando saímos e vamos para a cidade ocupar a universidade e cargos públicos, começamos a incomodar os não indígenas que usam argumentos como: “você não é mais indígena porque usa celular, tem carro e fala o português”. Ai vem a pergunta: “qual é o lugar do indígena segundo a visão do não indígena?”.

Somos bons e passivos quando estamos dentro da aldeia e quando reivindicamos melhorias para nossas comunidades deixamos de ser índios, porque queremos demais. Ou seja, o não indígena tem mania de achar ou criar muitas coisas e por diversas vezes classificar a humanidade. (2020, p. 16)

A partir dessa pontuação e do que já vimos anteriormente, é possível perceber que a pandemia da COVID-19 escancarou diferenças entre valores, modos de vida e concepções de saúde dissonantes entre povos indígenas e juruás. A começar pelas possibilidades de isolamento: juruás vivem na cidade, isolados em suas casas, com muros e portas; enquanto os indígenas vivem em territórios, não há muros, sendo necessário isolar uma comunidade inteira. A água encanada e limpa chega até as torneiras das casas na cidade, mas muitas aldeias não têm água encanada, precisando buscar este recurso básico de sobrevivência, sem contar todas as questões que envolvem saneamento básico, ou melhor, a falta dele. Com esses breves exemplos, é possível observar vários desdobramentos da problemática que envolve cuidar (ou não, propositalmente - necropolítica) de diferentes modos de (R)existir durante uma pandemia viral.

Destaco, também, os esforços do governo brasileiro em omitir informações sobre a quantidade de mortes indígenas por COVID-19, sendo necessário o monitoramento paralelo por articulações políticas não-governamentais, como se evidencia no trecho destacado a seguir:

No caso da COVID-19, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) havia registrado 41.328 casos confirmados e 888 mortes por COVID-19, afetando a 161 dos 305 povos indígenas do Brasil até o dia 10 de dezembro de 2020 (APIB, 2020). A taxa de mortalidade pelo novo coronavírus entre indígenas (quantidade de óbitos a cada 100 mil pessoas) é 150% mais alta do que a média brasileira, e 20% mais alta do que a registrada somente na região Norte – a mais elevada entre as cinco regiões do país. Igualmente preocupante é a taxa de letalidade, ou seja, quantas pessoas infectadas pela doença morreram. Entre os indígenas, o índice é de 6,8%, enquanto a média para o Brasil é de 5% e para a região Norte é de 4,5% (COIAB, 2020). (EL KADRI, 2021 p.24)

A pandemia causou diversos desdobramentos nos povos indígenas, incluindo sofrimentos no âmbito físico, mas também social, espiritual e psíquico. Além da demora de acesso à vacinação, muitas informações erradas ou confusas, ditas fake news, foram espalhadas, prejudicando ainda mais os processos de cuidado com o contágio. Muitas aldeias proibiram a circulação de pessoas não pertencentes a comunidade, outras tentaram se isolar do vírus se embrenhando no mato, o mais distante possível dos juruás, como medida protetiva contra o vírus. O que para nós, viventes do Viver Bem, parece extremamente difícil de se imaginar: deixar sua casa, seus objetos pessoais, ir para longe de mercados e eletricidade, sem internet... pois essa era a única forma possível de proteger a si mesmas/os e suas famílias. Para parte significativa dos povos indígenas, estas foram as maneiras possíveis para se proteger das lógicas extrativistas impostas pela pandemia em um país governado pela extrema direita.

Ainda assim, houve denúncias, como da indígena brasileira Cristine Tukuá (o acesso ao vídeo estará disponível nas próximas páginas), sobre as constantes tentativas de evangelização nas aldeias. Especialmente antes da chegada da vacina de COVID-19, quando pessoas evangélicas, além de tentarem converter comunidades indígenas, espalhavam fake news a respeito da vacina, causando medo e levando o vírus para dentro das aldeias. Esse movimento de tentativa de evangelização dos indígenas durante a pandemia foi denunciado em várias instâncias, sinalizando a racionalidade da colonialidade que se atualiza nos mais de 522 anos da invasão do Brasil.

O genocídio indígena é um processo que está em curso no Brasil, visto que impulsionam o agronegócio e mineração, especialmente. Quanto aos corpos já sem vida abatidos pelo vírus, muitos foram desrespeitados, a muitas famílias foi negado direitos e despedidas: corpos de pessoas indígenas que não estavam em suas aldeias foram enterrados em cemitérios sem que a família soubesse. O corpo de três bebês Yanomami foram

enterrados sem autorização dos pais e ficaram perdidos por dia, até que se descobrissem o paradeiro; corpos de lideranças não puderam ser sepultados nas próprias terras que defendiam (MP determina, 2022).

Você já imaginou: além de perder um ente querido por COVID-19, não saber onde está o corpo dessa pessoa? Não foram articuladas estratégias de biossegurança que pautassem as práticas ritualísticas fúnebres de cada comunidade, e que possibilitasse negociações nas relações com uma população brasileira constituída por diversidades étnico-raciais, de gênero, territoriais, entre outros marcadores sociais de diferença. Desrespeitando, novamente, modos de (R)existir não coloniais.

Para além das questões pandêmicas, que em breve retomarei, sobre as diferenças entre os modos de (R)existir, me lembro de uma conversa que tive com Rodrigo Tupã Nhevanga, indígena da etnia Avá Guarani; ele é estudante de medicina e me relatou não ser comum os idosos em sua aldeia sofrerem com doenças degenerativas, como *Alzheimer* e *Parkinson*. Nas vivências pessoais que tive com Rodrigo e seu povo²⁵, pude observar a importância, respeito e cuidado que é dirigido aos idosos, fato que me fez questionar o quanto o modelo de vida interfere, até mesmo, na reprodução de doenças.

Não que esse questionamento seja uma grande novidade, visto a quantidade de pesquisas que indicam o adoecimento da população em meio ao excesso de trabalho e modos de viver “modernos”, o Viver Bem, que já debatemos no primeiro mergulho. O surpreendente é observar a (R)existência de noções de Bem Viveres quando somos manipuladas/os a pensar que existe apenas uma forma que funciona e que é apresentada como “natural”.

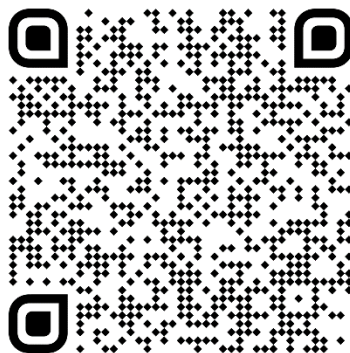
²⁵ Rodrigo autorizou que trechos de nossas conversas fossem descritos neste mergulho. Assim, quero deixar uma nota de agradecimento por todo o acolhimento, receptividade e ensinamentos: **aguyjevet!** (tradução: obrigada, em guarani)

O Bem Viver “funciona”, vem “funcionando” desde muito antes da invasão do Brasil. Entre aspas, porque o fato de provar que algo funciona tendo como referência perspectivas de produtividade, como já vimos, reafirma vieses coloniais desenvolvimentistas. Logo, me remeto a outro fragmento do meu diálogo com Rodrigo: no ápice de contágio do vírus da COVID-19, sua avó sonhou com algumas ervas e fez um preparado com elas. Foi a partir dessa mistura que muitas pessoas da aldeia se trataram, aliviando muito os sintomas causados pelo vírus. Isso aconteceu antes da vacina ter se tornado acessível ou da constatação de um remédio cientificamente comprovado para o tratamento até aquele momento.

Esse fato poderia até ser chamado de coincidência, mas não foi um caso isolado. Quando estive em Manaus, também conversei com indígenas da etnia Tukano e Desana que me relataram o mesmo movimento: sonhos com as ervas para tratamento. Os sonhos vieram de suas/seus anciãs/anciões, alguns não falavam “português”, e todos também afirmaram não ter autorização para revelar o que havia no preparado. Questiono-me se seriam as mesmas ervas, visto a acentuada diferença geográficas que implica em culturas diferenciadas de plantas entre o Sul e o Norte do Brasil, e em toda sua extensão. Dúvida que não será sanada.

Além desses dois exemplos, gostaria de citar uma aula²⁶ que contou com a presença dos indígenas brasileiros Carlos Papá e Cristine Tukuá, que também afirmam essa mesma conexão com as ervas através dos sonhos:

²⁶ https://www.youtube.com/watch?v=0SfZdqWm_Pc&list=PL8J59hghmnbowaecPtfxzqI9EPe0if8PP&index=10



Ambos fomentam a importância da preservação da Mata Atlântica e toda a sua biodiversidade, especialmente na preservação de espécies de plantas usadas para fins medicinais, visto que sucederam delas os remédios para amenizar os efeitos da COVID-19. Carlos Papá sugere que as pessoas tomem algumas medidas simples na sua vida cotidiana, se pautando em repensar hábitos de consumo, criando consciência e colocando na balança se vale a pena a manutenção de determinados confortos às custas do acentuado processo de desmatamento.

Novamente, vemos que a Natureza não é, de forma alguma, isolada ou um recurso para uso extrativista na perspectiva do Bem Viver, por isso é sempre importante retomar a necessidade de cuidados da Terra. Outros vídeos e reportagens que comprovam as informações sobre os preparados com ervas e suas ligações com os sonhos, são facilmente encontrados em uma busca simples e rápida no Google, mas deixo em nota de rodapé alguns links²⁷ para facilitar o acesso.

²⁷ https://www.youtube.com/watch?v=WqVF18_GWNA

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2020/07/indigenas-recorrem-a-medicina-tradicional-no-tratamento-contr-a-covid-19>

https://www.youtube.com/watch?v=0SfZdqWm_Pc&list=PL8J59hghmnbowaecPtfxzqI9EPe0if8PP&index=10

Voltando uns passos para trás no texto, não posso deixar de voltar minha atenção ao fato de conhecimentos serem acessados através de sonhos, uma vez que dentro da abordagem teórica que trabalho em psicologia clínica, os sonhos são materiais de extrema importância, bem como para outras abordagens. Carlos Papá explica que o sonho é de grande influência para povos indígenas, pois mostra o que acontecerá com sua vida no futuro, desde que você consiga decifrar, e para isso é preciso estar equilibrado. O sonho é uma conexão com Nhanderu (Deus), é uma forma de preparo para o que virá, também para que o caminho possa ser mudado, é uma mensagem do espírito.

Novamente, me remeto a uma vivência pessoal. Conversando com Alexandro Nhandewa²⁸ (que fora citado a poucas páginas atrás), ouvi explicações muito parecidas a respeito dos sonhos, e sobre como seu povo considera o sonho algo coletivo, que diz respeito a toda comunidade. Tal qual a vida nas aldeias, que não é vivida individualmente, como já dito, as atividades e pessoas são cuidadas no cotidiano a partir de racionalidades comunitária. Isso evidencia como a lógica do Bem Viver bate de frente com os muros altos e cercas elétricas do Viver Bem.

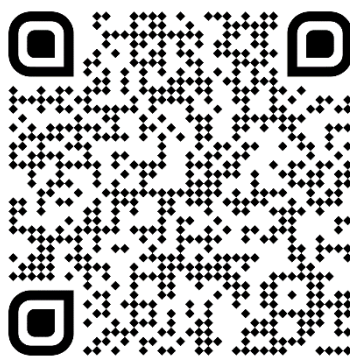
É inegável que esses sonhos a respeito das plantas medicinais se propunham coletivos, afinal, salvaram aldeias inteiras enquanto o governo dava as mãos ao vírus e avançavam na sua agenda necropolítica. Aqui, voltamos à serpente cósmica do mergulho anterior, lembram? Uma dança, em que o que foi e o que será se misturam, interconectam e coexistem, sem tempo cronológico, apenas as informações que, de alguma forma, já existem. O indígena André Baniwa (2019) confirma que para seu povo “o que faz a humanidade ir descobrindo, redescobrando, inventando, reinventando e inovando é exatamente o fato de que todas as coisas já existiam, já estavam aqui prontinhas, e tudo já tinha sido criado” (p.7).

²⁸ Alexandro também me autorizou a utilizar nossos diálogos nesse mergulho. Pelos ensinamentos, conversas e acolhimento: **aguyjevet!**

Na perspectiva do Bem Viver não há uma separação vincada entre conhecimentos medicinais e espirituais, logo saúde e espiritualidade podem e estão atreladas. Ou seja, um sonho com teor espiritual pode e trouxe remédios para atenuar os sintomas da COVID-19 para diversas aldeias. Enquanto isso, o atual presidente do Brasil, além de não ajudar, atrapalhava, sugerindo o uso de remédios comprovadamente ineficazes e danosos em uso excessivo, além de espalhar fake news a respeito da vacina.

Os traçados que desenhei nestes mergulhos remetem a perspectiva da colonialidade pandêmica que se atualiza de diferentes modos desde o processo de colonização de nosso território pelos portugueses. Colonialidade, que ousou chamar de xawara, assim como anunciado por Davi Kopenawa, e que será explanado nas considerações finais por meio de minha singela carta escrita para a leitora/leitor.

Esse último mergulho buscou mostrar que o Bem Viver existia antes da colonização, (R)existe até hoje e vem se atualizando para funcionar da melhor forma possível para aqueles que persistem nesse modo de vida. Gostaria de finalizar com o canto de Kaê Guajajara, para nos lembrar sempre que o Bem Viver está logo ali, precisamos (R)existir.



Ei parente, levante a cabeça

Não se adeque, não se esqueça

O Bem Viver tá logo ali

Fora do sistema que desmoraliza ocultando as origens

Eu sei que eles falaram do teu passado

Toda vez que teu presente for insuportável pra eles

Urucum na pele, proteção no jenipapo

Reconectando, a minha flecha é a minha voz

Veja o futuro que te atravessa numa existência que só existe se você resistir

(Kaê Guajajara, 2020. Acalanto. Em Acalanto. Independente)²⁹

²⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=WQzYdGkvo0g>

CARTA PARA O LEITOR

CONFISSÕES FINAIS OU CONSIDERAÇÕES PARCIAIS, MUITO LONGE DE SEREM FINAIS

Gostaria de relembrar o que já disse: mergulhar na experiência de um mestrado à distância (forçado pela pandemia e reforçado pela necropolítica do governo, coisas que já debatemos) foram dois anos que me tomaram o ar de forma sufocante. E, durante esse tempo, só encontrei respiros de esperança e fôlegos de impulsos quando tive companhia da companheira de mergulho Flávia e meus contatos, ainda que fora do âmbito acadêmico. As pessoas brilhantes que encontrei nas encruzilhadas foram, de fato, todo meu oxigênio até aqui. E de novo: obrigada, aguyjevet, axé!

Mas o terror da falta de ar não parou por aí: escrevi o último capítulo às vésperas da eleição presidencial, a conclusão no entremeio do primeiro e segundo turno. No meu estado, Paraná, Bolsonaro teve, infelizmente, 55,26% dos votos, 20% a mais que o segundo candidato. Já o governador e o senador, foram eleitos em primeiro turno e apresentam pautas muito distante de todas as causas que apresentei aqui. Inclusive, junto com o atual desgoverno, julgam as universidades públicas como balburdias, apoiam seu desmantelamento, bem como “nenhum centímetro a mais para terras indígenas” (frase dita pelo atual presidente).

E, nesse clima, eu revirava notícias sobre a pandemia e população indígena, em meio a pesquisas eleitorais, bandeirinhas do Brasil pelas ruas, muitas fake news, clima e atos de violência, e os pedidos às pessoas queridas “não saiam de vermelho, precisamos prezar pela nossa integridade física”. Afinal, precisamos estar vivos para votar, e o índice de violência

e agressão partida de bolsonaristas a outras pessoas é altíssimo, como vemos em notícias quase diárias.

Não foi fácil, não só pela dificuldade que um programa de pós-graduação traz por si só, mas especialmente pelo clima político durante todo o mergulho. A essa altura, vocês já devem ter percebido: essa dissertação não é neutra e muito menos apolítica. Eu disse na introdução e reforço: viver é um ato político, (R)existir também. Admito que em alguns momentos me arrependi de ter escolhido esse tema, senti vontade de trocar, de desistir... foi exaustivo.

Confesso também que em alguns momentos perdia a esperança e pensava: “de que adianta escrever sobre tudo isso, se mesmo depois de uma pandemia com milhares de mortos nada mudou, continuamos fazendo tudo exatamente como antes? Todas essas pessoas que me inspiraram a escrever, no final das contas, não vão conseguir mudar nada, parece que estamos falando ao vento”. Sentimento que se atenuou com as pesquisas eleitorais, e depois com os resultados (no Brasil e no mundo): frustração e desesperança na humanidade é o que mais tenho sentido nos últimos meses. Sempre me pergunto onde o amor e a empatia foram parar...

Percebemos que pandemias são cíclicas, ou seja, voltarão de tempos em tempos, mas podem ser amenizadas de acordo com a atitude dos governos e população, mas quando a tomada de atitude não é interessante para a minoria que detém o poder, nada é feito. Também já sabemos que sem Natureza não há vida, mas o desmatamento e o lixo produzido só aumentam. Vou fazer uma provocação, e me incluo nela: saindo do âmbito macrossocial para o microssocial, será que cada um de nós tem feito o mínimo possível, dentro de sua classe e privilégios, para ajudar em algo?

E sempre que me pagava durante a escrita (e ainda me pego, pois todos esses sentimentos e dúvidas ainda não passam) nesses movimentos de desesperança, com vontade

de parar, me lembrava da luta indígena. Por mais difícil que tenha sido alguns momentos, nunca cheguei (e nem chegarei) perto da dor diária que esses povos vivem a mais de 522 anos e, mesmo assim, lutam e (R)existem (com maiúsculo) bravamente e com muita paciência, tentando explicar o óbvio ao resto do mundo.

Diante disso, eu não me sentia no direito de desistir, ainda mais depois de ter ouvido e lido pronunciamentos de tantas guerreiras e guerreiros espetaculares e inspiradores, de ter sido tão bem recebida, acolhida e abraçada. É evidente que o que apresento aqui é uma soma ínfima na luta, mas é apenas o começo para mim, e espero que para você também, querida/o leitora/leitor. Espero que essas palavras e as muitas vozes que trago comigo possam acender luzes de esperança e luta em você.

E deixo um conselho: quando precisar de um rumo, um horizonte inspirador para seguir, não olhe apenas para as escritas acadêmicas, olhe para as produções artísticas também. Os raps produzidos por pessoas indígenas foram meus orientadores para mostrar os caminhos que os rios de cada mergulho seguiriam, eu não sabia onde iríamos desaguar, mas eu podia ter noção a partir da escuta de cada artista. Eu grifei partes importantes nos raps que trouxe aqui, porque foram minhas bases e não apenas complementos.

Seguindo, cá estou. Pensando a respeito da “Xawara - o ouro canibal”, que Davi Kopenawa nos alerta, não vejo outra forma de seguir senão pela metáfora que me tomou a partir desses ensinamentos, e acredito que apenas esse alerta seja o bastante por si só, e dispensaria toda a escrita e explicação que fiz.

Para os Yanomami, Omamë, o criador da Terra, deixou o ouro e outros minérios escondidos no frio, debaixo da terra, pois o calor e a manipulação deles liberariam a xawara, uma fumaça tóxica que mata as pessoas e as coisas na Terra. Os Yanomami tentaram alertar, mas os brancos não ouviram, não ouvem até hoje. E, desde então, os brancos seguem extraíndo minério, guerreando pelo ouro e a xawara vem se espalhando pela terra, atingindo

o peito do céu, matando a todos. E, quando não houver mais Yanomami para sustentar o céu, ele cairá sobre nossas cabeças.

As vezes penso que o céu está prestes a desabar, noutras até desejo que caia logo (especialmente quando vejo algumas notícias e resultados das eleições), mas o céu segue firme por ora - ou pelo menos parece estar. Na minha interpretação, penso que a xawara não são somente as doenças que acontecem por conta do desrespeito ambiental, nem o caos criado pela devastação; acredito que tudo isso seja consequência. Vejo a xawara como a ganância e o individualismo: quanto mais o brilho do ouro nos toma os olhos, nossa mente é preenchida pelas promessas de tudo que o dinheiro pode comprar, conseqüentemente a xawara se espalha no céu e atinge nossos corações.

A xawara é uma epidemia também. É tão grande e tão duradoura, que já nos esquecemos que é uma doença, a normalizamos e passamos a conviver com ela, como temos feito com a COVID-19. Aliás, a xawara que impulsionou várias outras epidemias, como a peste negra e a gripe espanhola; e ela continua a impulsionar outras que, embora tivessem sido erradicadas ou bem diminuídas, estão voltando, como a varíola, poliomielite, sarampo, fome, desemprego, falta de educação, de saúde, entre tantas outras expressões de colonialidades pandêmicas.

A xawara, para mim, é a ganância de acumular muito além do que o necessário, é o desvalorizar o outro para obter lucro, negar acesso à educação e saúde como forma de controle de corpos. A xawara é o individualismo de apenas cuidar do que diz respeito ao meu âmbito pessoal, sem olhar a volta, sem preocupações sobre o quão prejudicial algo pode ser ao outro. Talvez só os Yanomami e os povos indígenas consigam mesmo sustentar o céu, já que a xawara não atingiu a todos ainda. A xawara é uma doença dos brancos, que já estão todos contaminados a muito tempo.

E, sendo a xawara uma doença que afeta o coração, seria o céu sustentado por corações não contaminados? Então, como ajudar os Yanomami a segurarem o céu? Como limpar nossos corações para ajudar? Ou melhor, você quer seu coração livre da xawara?

Gostaria de finalizar com mais um rap:

Vai faltar barriga de peixe
Pra esconder tanta sujeira
Minha gente a tal maneira
Onde é que isso vai parar
O caso tá no descaso
Do acaso que dá na ideia
Já que com ou sem plateia
Esse rumo tem que mudar
Que finde a espécie humana
Pra dos bichos prosperar
Se levante a Amazônia pra lutar com o Pantanal
Eu que nem rezo direito, peço por cada animal
Por cada nascente d'água e por cada pé de pau
Tô pensando comigo
Como isso vai acabar
Querem ver o céu cair
Pra não mais sobrar ninguém
Colonizar outro planeta
Come terra, compra estrela, paga água
Suja o rio, seca o rio
Caga em casa, come a morte,
Vive na vida do ouro

Roubando história os outros

É a consequência do roubo da terra

A gente lutando pra sobreviver

Ostenta essa ouro, mas de olhos fechados,

De onde vem você não quer saber

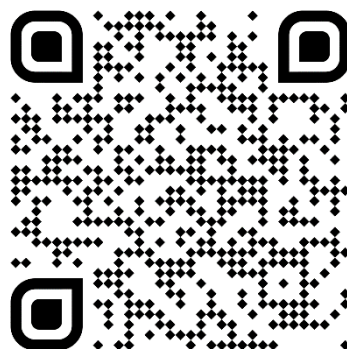
Inventa um brasil em cima de um plano,

Pra depois dizer que a gente nunca existiu

Existimos, estamos, em todos os planos

Porque somos as vozes que te pariu

(Kaê Guajajara, Cacau de Sá, 2022. Barriga de Peixe. Em Será só aos ares. P.W.R Records)³⁰



Espero ter contribuído, pelo menos um pouquinho, nessa luta contra a xawara e no sustento do céu. Obrigada!

Com amor,

Alethéia

³⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=IQzja5dBrAk>

REFERENCIAS

Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar novos mundos*.

Elfevante: São Paulo.

Ailton Krenak: “A mineração não tem dignidade, se pudesse continuaria escravizando”.

(2020). Brasil de Fato. Resgatado

em:<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/ailton-krenak-a-mineracao-nao-tem-dignidade-se-pudesse-continuaria-escravizando>

APIB, Articulação dos Povos Indígenas no Brasil. (2020). *Relatório Nossa luta é pela vida. COVID-19 e Povos indígenas: O enfrentamento das violências durante a pandemia*. Disponível em:

https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf. Recuperado em 28 fev. 2021, às 9h.

Anzaldúa, G. (2005). *La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência*.

Estudos Feministas, Florianópolis.

Armstrong, K. (2002), *Islam: a short history*. Modern Library Chronicles, Nova York.

Bacon, F. (1620). *Novum Organum*. The New Organon or True Directions Concerning

the Interpretation of Nature. Disponível em:

<http://www.metaphysicspirit.com/books/The%20New%20Organon.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

Ballestrin, L. (2013) *América Latina e o Giro Decolonial*. Revista Brasileira de Ciência

Política, n. 11, p. 89-117. Brasília.

Barreto, J. P. L. (2017). *Bahserikowi - Centro de Medicina Indígena da Amazônia:*

concepções e práticas de saúde indígena. Rev. Antropol. (online). Amazonas.

Belchior. (1976). Apenas um rapaz latino americano. Em *Alucinação*. Philips.

Bento B. (2018) *Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?* Cadernos pagu (online). (53), 2018:e185305.

Bíblia Sagrada. (2002). Ave Maria. São Paulo.

Bueri Kãdiri Marĩriye: Os ensinamentos que não se esquecem (2006). Narrador Diakuru (Américo Castro Fernandes); intérprete Kisibi (Durvalino Moura Fernander). Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, v.8.

Boff, L. (2020). *A dignidade da terra e seus direitos*. Fórum de mudanças climáticas e justiça social. Brasília.

Caminha, P. V. (1500). *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Domínio público.

Carvalhoes, F. F.; Piveta, R. T. A.; Vieira, T. M. (2021). *Interrogar as práticas, construir possíveis: notas para tempos virais*. Rev. psicol. polít. (online). vol.21, n.51, pp. 360-375.

Carvalhoes, F. (2020). *Marielle Franco: Corpo Fronteira*. Oliveira, E. C. S.; Mesquita, M. R.; Souza, T. M. C. (Orgs). Feminismos, psicologia e resistências contemporâneas. EDUFAL. Maceió.

Carta Aberta Contra A Exclusão De Indígenas Do Plano Prioritário De Imunização Da Covid-19 (2021). Maranhão.

Carta da Terra. (2020). Resgatado em: <http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/texto-da-carta-da-terra.html>

Cinco Países com menos casos de Covid-19. Uol. Online. Recuperado em: https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2021/07/13/1377_cinco-paises-com-menos-casos-de-covid-19.html 13/07/2021

Cunha, M. C. (1998). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. Companhia das Letras: Secretaria municipal de cultura. São Paulo.

Coronavirus Brasil. (2022). Painel Coronavirus. <https://covid.saude.gov.br/>

CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina.

(2021). G1. <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>

Daily Nem Confirmed Covid-19 deaths per milion people. (2022). Our Word in Dara.

<https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>

Dussel, E. (2000). *Europa, modernidad y eurocentrismo*, em Lander, E. (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires.

Dussel, E. (2010). *Meditações Anti Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade*. Santos, B. S.; Meneses M. P. (coord). Epistemologias do Sul (pp. 341-395). Vozes. Petrópolis.

Economia não pode parar por causa do coronavirus, diz Bolsonaro. (2020). Cnn. São Paulo. Recuperado em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>

Edler, F. C. (2010) *Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial*. In: Carlos Fideles Ponte; IalêFalleiros. (Org.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Fiocruz, Rio de Janeiro.

El Kadri, M. R. (org.) et al (2021). *Bem Viver: Saúde Mental Indígena*. 1. ed. Porto Alegre.

Em 13º entre maiores economias, PIB do Brasil fica abaixo de média global. (2022). Cnn. Resgatado em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-13o-entre-maiores-economias-pib-do-brasil-fica-abaixo-de-media-global/#:~:text=A%20posi>

%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20a%20mais,pela%20primeira%20vez%
20desde%202007

- Engels, F. (1982). *Introducción a la dialéctica de la naturaleza*. Ediciones Quinto Sol. México.
- Foucault, M. (2008). *Arqueologia do saber*. vol. 7 ed. 1. Forense Universitária. Rio de janeiro.
- Grosfoguel, R. (2016) *A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado (online). V. 31, N. 1.
- Grosfoguel, R. (2008) “*Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*”. Revista Crítica de Ciências Sociais (online), n. 80, p. 115-147.
- Grupioni, L. D. B; Grupioni, M. D. F. (1997) *Entrevista com Darcy Ribeiro*. Horiz. antropol., v. 3, n. 7, p. 158-200. Porto Alegre.
- Guimarães, R. S. de. (2021) *Pandemia e guerrilhas estéticas*. Revista Espaço Acadêmico (online), 20, 92-101.
- Gurgel, C. (2010). *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. Contexto. São Paulo.
- Guhn, E. (1991). *Las fronteras políticas y los límites naturales*. Bogota: Fondo FEN.
- Há um ano primeira morte por Covid no Brasil ocorria em um mundo sem mascaras* (2021). Folha. Online. Recuperado em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/ha-um-ano-primeira-morte-por-covid-no-brasil-ocorria-em-mundo-sem-mascaras.shtml>
- Haraway, D. (2016). *Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno*. Clima Com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte (online). I Ano 3 - N. 5.

- Haraway, D. (1995). *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (online). São Paulo.
- Histórico de violações da Vale vai muito além de Mariana e Brumadinho. (2019). Brasil de Fato. Resgatado em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho>
- Houaiss, A. (2008). *Dicionário Houaiss: sinônimos e antônimos*. Versão ampliada ed.2. Publifolha. São Paulo.
- Ian Wapichana. (2018). *Nascidos em Berços Ancestrais*. s.a. Independente.
- Insegurança alimentar e covid no Brasil*. (2021). Rede PENSSAN. Resgatado em: <http://olheparaafome.com.br/>
- João Ricardo, Paulinho Mendonça. (1973). *Secos e Molhados*. Em *Secos e Molhados*. Continental.
- Jeremy, N. (2018). *A serpente cósmica: o DNA e as origens do saber*. Dantes, Rio de Janeiro.
- Kaê Guajajara e Cacau de Sá (2022). *Barriga de Peixe*. Em *Será só aos ares*. P.W.R Records
- (Kaê Guajajara, Kandu Puri (2020). Independente.
- Kaê Guajajara. (2020). *Acalanto*. Em *Acalanto*. Independente.
- Kaê Guajajara. (2019). *Espelho, espelho meu*. Em *Hapohu*. Independente.
- Kaê Guajajara. (2019). *Território ancestral*. Em *Hapohu*. Independente.
- Katu Mirim. (2021). *A busca*. Em *A busca*. Independente
- Katu Mirim. (2020). *Nativa*. Em *Nós*. Independente.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1 ed. Cobogó, Rio de Janeiro.

- Kopenawa, D.; Bruce, A. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das letras. São Paulo.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das letras. São Paulo.
- Krenak, A. (2020). *Caminhos para a cultura do Bem Viver*. Culturadobemviver.org (online).
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das letras. São Paulo.
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider*. Autêntica Editora. Belo Horizonte.
- Lugones, M. (2014) *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, 22(3): 320, setembro-dezembro. Florianópolis.
- Mamini, P. (2005). *Microgobiernos barriales*. Willka. La Paz.
- Mansano, S. R. V. (2012). *Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade*. Revista Espaço Acadêmico nº136 (online).
- Martínez-Conde, A.; C. & Montenegro, M. (2020). *Memoria, Migración y Acción colectiva: Luchas migrantes en Barcelona*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 24.
- Maxakali, I.; Maxakali, S.; Canguçu, C.; Romero, R. (2021). *Nũhũ yãgmũ yõg hãm: Essa terra é nossa! Indepente*.
- Mbembe, A. (2021) *Direito universal a respiração*. N-1 edições.
- Mbembe, A. (2016) *Necropolítica*. Revista Arte & Ensaios (online). n. 32, p. 122-151.
- Mignolo, W. D. (2017) *Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade*. Revista brasileira de ciências sociais (online). vol. 32 N° 94.
- Monasterio, L. M; Ehrl, P. (1990) *Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília.

MP determina que indígenas tem o direito de fazer rituais sagrados das vítimas da Covid-

19. (2022) Brasil de Fato. Recuperado em:

[https://www.brasildefato.com.br/2022/01/20/mp-determina-que-indigenas-tem-](https://www.brasildefato.com.br/2022/01/20/mp-determina-que-indigenas-tem-o-direito-de-fazer-rituais-sagrados-das-vitimas-da-covid-19)

[o-direito-de-fazer-rituais-sagrados-das-vitimas-da-covid-19](https://www.brasildefato.com.br/2022/01/20/mp-determina-que-indigenas-tem-o-direito-de-fazer-rituais-sagrados-das-vitimas-da-covid-19)

Não lavar as mãos com sabão coloca milhões de pessoas em risco aumentado para a

Covid-19 e outras doenças infecciosas. (2020). Unicef. Resgatado em:

[https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nao-lavar-maos-com-](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nao-lavar-maos-com-sabao-coloca-milhoes-de-pessoas-em-risco-aumentado-para-covid-19-e-outras-doencas#:~:text=Tr%C3%AAs%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas%2C%20ou,lavar%20as%20m%C3%A3os%20em%20casa.)

[sabao-coloca-milhoes-de-pessoas-em-risco-aumentado-para-covid-19-e-outras-](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nao-lavar-maos-com-sabao-coloca-milhoes-de-pessoas-em-risco-aumentado-para-covid-19-e-outras-doencas#:~:text=Tr%C3%AAs%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas%2C%20ou,lavar%20as%20m%C3%A3os%20em%20casa.)

[doencas#:~:text=Tr%C3%AAs%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas%2C%20](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nao-lavar-maos-com-sabao-coloca-milhoes-de-pessoas-em-risco-aumentado-para-covid-19-e-outras-doencas#:~:text=Tr%C3%AAs%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas%2C%20ou,lavar%20as%20m%C3%A3os%20em%20casa.)

[ou,lavar%20as%20m%C3%A3os%20em%20casa.](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nao-lavar-maos-com-sabao-coloca-milhoes-de-pessoas-em-risco-aumentado-para-covid-19-e-outras-doencas#:~:text=Tr%C3%AAs%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas%2C%20ou,lavar%20as%20m%C3%A3os%20em%20casa.)

Nova Cartografia Social da Amazônia, 2021. *Pandemia e Território*. Musa [Museu da

Amazônia], Amazônia.

Oliveira, É; Bleinroth M.; Silva, Y. (2021) *Desobediências epistêmicas e pesquisas*

monstruosas em psicologia social.

ONU. (2021). *Cerca de 930 milhões de toneladas de comida vão parar no lixo, alerta*

FAO. ONU. Resgatado em:

[https://news.un.org/pt/story/2021/09/1764812#:~:text=Mais%20de%20900%20](https://news.un.org/pt/story/2021/09/1764812#:~:text=Mais%20de%20900%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20de%20comida%20s%C3%A3o%20de)

[milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20de%20comida%20s%C3%A3o%20de](https://news.un.org/pt/story/2021/09/1764812#:~:text=Mais%20de%20900%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20de%20comida%20s%C3%A3o%20de)

[sperdi%C3%A7adas%20por%20ano.&text=No%20Dia%20Internacional%20de](https://news.un.org/pt/story/2021/09/1764812#:~:text=Mais%20de%20900%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20de%20comida%20s%C3%A3o%20de)

[%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o, enquanto%20811%20milh%C3%B5es%](https://news.un.org/pt/story/2021/09/1764812#:~:text=Mais%20de%20900%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20de%20comida%20s%C3%A3o%20de)

[20passam%20fome](https://news.un.org/pt/story/2021/09/1764812#:~:text=Mais%20de%20900%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas%20de%20comida%20s%C3%A3o%20de)

O que se sabe sobre invasão de garimpeiros no território yanomami. (2022). BBC.

Resgatado em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61328546>

O Sistema alimentar global amadurece para mudanças. (2020). The Nature

Conservancy. Resgatado em: <https://www.tnc.org.br/conecte->

se/comunicacao/artigos-e-estudos/o-sistema-alimentar-global-pode-
mudar/?gclid=Cj0KCQiAu62QBhC7

ARIsALXijXRBxU-Moc5L3TQS7Ec4zkJL79Tv3Or1cY9ztWmmquigyprtG-
rzAkgaAm_aEALw_wcB

Oxfam. (2022). *O vírus da desigualdade*. https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=search_davos2021_grants&utm_content=ads3&gclid=Cj0KCQjwvqeUBhCBARIsAOdt45btVP1cG5T-s4QxPYh6vUMtZd1fwJaBoOEdnGz-9URF0gDDZLkq1rQaAmyVEALw_wcB

Papa F. (2019). *Laudato Si' Louvado Sejas: sobre o cuidado da casa comum*. Paulus Editora. São Paulo.

Pereira, A.; Ferreira, L.; Lacerda, L. F. (2021) *Populações indígenas no contexto da pandemia COVID 19*. Em: El Kadri, Michele Rocha (org.) et al. Bem Viver: Saúde Mental Indígena. Editora Rede. Porto Alegre.

Pimentel, A. (2001). *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Cadernos de Pesquisa (online). n. 114, p. 179-195.

Porto-Golçalves. (2016). *Abya Yala*. Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala> acessado em 14 de nov. 2021, às 8h55.

Porto-Gonçalves C. W. (2009) *Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidade*. Desenvolvimento e Meio Ambiente (online). n. 20, p. 25-30, jul./dez.

Quem são os brasileiros no ranking dos bilionários do mundo 2021. (2021). Forbes. Resgatado em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/quem-sao-os-brasileiros-no-ranking-dos-bilionarios-do-mundo-2021/>

- Quijano, A. (2014). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires.
- Quijano, A. (2002) *Colonialidade, Poder, globalização e Democracia*. Novos Rumos (online). v.17, no 37, p.1-25.
- Quintero, P. (2017) *Buenos Vivires: matrices culturales, estructuras económicas e interculturalidad crítica en Abya-Yala*. Walsh, C. (Org.). Pedagogías decoloniales II: practicas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, p. 425-440, 2017. Quito.
- Ribeiro, D. [Djamila] (2017) *O que é: lugar de fala?* Letramento: Justificando. Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Ribeiro, D. [Darcy] (1970) *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. Cortez. São Paulo.
- Segre, M. & Ferraz, F. C. (1997). O conceito de saúde. Revista de saúde pública. v.31. n.5. USP.
- Sopa Primordial*. (2013). Pesquisa FAPESP. ed. 213. <https://revistapesquisa.fapesp.br/sopa-primordial/>
- Spink, P. (2013). *Análise de documentos de domínio público*. Spink, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Editora Cortez. São Paulo.
- Spink, M. J. (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Spink, M, J. org. Centro edelstein de pesquisas sociais. Rio de Janeiro.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. UFMG. Belo Horizonte.

Toledo, C. A. A; Gonzaga, M. T. C. (2011). *Metodologias e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas*. Eduem, Maringá.

Vergueiro, V. (2016). *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*. Messeder, S.; Castro, m.g., Moutinho, L. (orgs.). Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero (online). EDUFBA. Salvador.

5 Casos Famosos de Crimes Ambientais no Brasil (lei nº 9605/98). (2021). SER Soluções Ambientais. Resgatado em: <https://sersolucoesambientais.com.br/5-casos-famosos-de-crimes-ambientais-no-brasil/>